

Comissão de Inquérito Parlamentar à Gestão do BES e do Grupo Espírito Santo, ao Processo que Conduziu à Aplicação da Medida de Resolução e às suas Consequências, nomeadamente quanto aos Desenvolvimentos e Opções relativos ao GES, ao BES e ao Novo Banco

17.^a Reunião
(16 de dezembro de 2014)

SUMÁRIO

O Presidente (Fernando Negrão) deu início à reunião às 9 horas e 15 minutos.

O Dr. Manuel Fernando Espírito Santo (Ex-membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo), após uma intervenção inicial, respondeu aos Deputados Mariana Mortágua (BE), Pedro Saraiva (PSD), José Magalhães (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP), Carlos Abreu Amorim (PSD), Filipe Neto Brandão (PS) e Duarte Filipe Marques (PSD).

O Presidente encerrou a reunião eram 13 horas e 40 minutos.

O Sr. **Presidente** (Fernando Negrão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 15 minutos.

Hoje temos a nossa 15.^a audição, desta feita com o Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo Silva, que fará uma intervenção de cerca de 10 a 15 minutos, após a qual, e como é habitual, responderá a todas as perguntas que os Srs. Deputados formularem.

Gostaria de cumprimentar o Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, dando-lhe, de imediato, a palavra para que possa fazer a sua intervenção inicial.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo** (Ex-membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Irei fazer uma nota introdutória acerca da minha posição no âmbito do Grupo Espírito Santo ao longo dos anos, apresentando o que tem sido a minha ocupação profissional, de modo a que VV. Ex.^{as} possam estar mais cientes daquilo que posso declarar com verdadeiro conhecimento de causa.

Fiz os meus estudos superiores em Inglaterra, onde na altura residia, em *Business Administration*, tendo terminado os mesmos em 1982. Logo de seguida, comecei a trabalhar no banco Morgan Grenfell & Co., como assistente de direção do sector internacional.

Em 1992, após a privatização do BES, passei a integrar a sucursal do BES em Londres, onde exerci funções até ao ano de 1995. No verão de 1995 faleceu António Espírito Santo, meu tio, e fui convidado pelo Conselho Superior para representar o meu ramo familiar. Em 1996 regressei a Portugal e assumi as funções de vice-presidente da sociedade

Espírito Santo Resources, que, na altura, era a *holding* de topo da área não financeira do Grupo Espírito Santo.

Desse modo, e até 2005, fui, no âmbito dessas minhas funções, responsável por essa empresa. Em 2005, considerou-se que se deveria adequar a gestão da Espírito Santo Resources a um modelo mais profissionalizado e independente, pelo que foi contratado um gestor profissional e independente para administrador delegado, o Dr. Fernando Martorell, que começou a desempenhar todas as funções executivas da Espírito Santo Resources.

A partir desse ano de 2005, assumi as funções de presidente não executivo, ou *chairman*, da Espírito Santo Resources.

Em 2009, foi criada a sociedade Rioforte, que passou a ser a *holding* não financeira do Grupo Espírito Santo, onde se pretendeu implementar um novo modelo de governo societário, que desse o necessário conforto e oferecesse as condições para possibilitar a adesão de futuros investidores à sociedade. Este modelo de *governance* seguia as melhores e mais recentes práticas internacionais e consistia num conselho de administração, do qual eu era *chairman*, numa comissão executiva, que era formada por três profissionais independentes e de grande competência, e em diversas comissões de acompanhamento.

Chamo a atenção de que houve uma intenção de assegurar um modelo de *governance* em que a comissão executiva não tinha representantes da família Espírito Santo, ou de outros acionistas, de acordo com as melhores e mais recentes práticas internacionais de *governance*. A gestão da Rioforte era, assim, da comissão executiva havendo, contudo, tendo reuniões comigo e com o *vice-chairman*, onde era reportada, em grandes linhas, a estratégia dos negócios que a Rioforte tinha em curso.

A partir de 2010, foram convidados para o conselho de administração administradores independentes, e por áreas regionais

relevantes, que poderiam trazer especial mais-valia à empresa, como sejam o Dr. Carlos Melo Ribeiro, Presidente da Siemens Portugal, o Sr. Firmin António, Presidente do Grupo ACCOR no Brasil, e o Sr. Donald Johnston, antigo administrador da área de Corporate Finance do Deutsche Bank em Londres.

Em Maio e Junho de 2010, foi realizado um *roadshow* internacional da Rioforte tendo por objetivo atrair investidores internacionais e capital, a fim de desenvolver o portefólio e reduzir a dívida.

As dificuldades decorrentes da crise grega e de um portefólio bastante diversificado levaram a que se considerasse, em setembro de 2010, concentrar os esforços na venda ou parceria das unidades operacionais, onde investidores internacionais tinham mostrado bastante interesse, o que, entre outros, veio a produzir efeitos com a venda de uma participação importante na área agroindustrial do Paraguai, onde entrou o KFW/DEG, o banco de desenvolvimento alemão.

Face à tomada de consciência do sobreendividamento do Grupo, deixado claro pelo ETRICC em finais de 2013, foi decidido implementar uma reestruturação de fundo de todo o Grupo, que implicava o envolvimento da Rioforte.

Assim, em janeiro de 2014 foi aprovado um plano de reestruturação, onde a Rioforte passa a cabeça do Grupo com a aquisição da ESFG e que assentava igualmente num aumento de capital da Rioforte, entre 700 milhões e 1 bilião de euros, com a entrada de novos investidores, e na alienação da totalidade dos ativos não financeiros entre 2014 e 2016, por forma a acelerar a desalavancagem do Grupo. Esse plano foi liderado, e apresentado, pela ESFG, e, tanto quanto me foi comunicado, o processo de reestruturação do Grupo estava a ser acompanhado pelo Banco de Portugal, no âmbito da supervisão da ESFG e do BES.

Sempre tive a minha atividade centrada na Rioforte, *holding* de topo da área não financeira do Grupo Espírito Santo. A ESI era uma *holding* que não tinha atividade operacional e que detinha a participação nas áreas financeiras e não financeira do Grupo.

Na ESI eu era um entre 16 administradores. Tínhamos a noção de que havia um relevante endividamento na ESI, que se vinha avolumando desde o início da crise de 2008, mas nunca supus, e tanto quanto me apercebi o mesmo sucederia com a generalidade dos demais administradores, que tal endividamento fosse tão elevado como aquele que, no final de 2013, veio a revelar-se que afinal existia.

As contas da ESI eram-nos apenas apresentadas para efeito de aprovação e eu nunca participei na sua elaboração e nunca tive qualquer informação, até ao início de 2014, de que as contas da ESI não refletissem a realidade da empresa.

Acreditei e comprometi-me na reestruturação do Grupo Espírito Santo. De tal forma que, em março de 2014, fez-se um aumento de capital na Espírito Santo Control de 21 milhões de euros, no qual eu, que não era acionista, participei com 3 milhões de euros. Para o efeito, financiei-me num banco fora do Grupo, dando como garantias a hipoteca da minha casa e prestando fiança pessoal. Passei, assim, pela primeira vez, a ser acionista da ES Control em março de 2014.

A partir de março de 2014, a generalidade dos administradores da ESI, e alguns da Rioforte, vieram a demitir-se. Entendi não dever fazê-lo, pois não tinha tido responsabilidades nos problemas que vieram da ESI, e considerei ser minha obrigação ética tentar assegurar a gestão das sociedades com vista à sua recuperação.

Tornou-se prática que muita documentação, preparada e analisada pelos nossos quadros muito qualificados e de há longa data, fosse assinada por mim e pelo Sr. Comandante António Ricciardi, exclusivamente com

base na absoluta confiança. Tal deveu-se ao sólido princípio de confiança, decidido internamente por cada um no âmbito das suas responsabilidades, e ao facto de que erámos os únicos membros do conselho superior que estavam frequentemente a trabalhar no escritório do GES na Rua de São Bernardo, e à circunstância de o conselho superior acompanhar, fundamentalmente, a atividade do Grupo a nível de reporte.

Apesar de já haver críticas relevantes relativamente ao Dr. Ricardo Salgado desde o segundo semestre de 2013, quando surgiram as questões das contas da ESI, certo é que o Dr. Ricardo Salgado logo apresentou soluções e ideias para se resolver o problema e, uma vez mais, o conselho superior confiou nele.

Queria explicar que o Dr. Ricardo Salgado mereceu sempre a plena confiança de todos: porque era um membro sénior da família, porque era muito competente e o mais sabedor de matérias financeiras, porque foi o CEO do BES desde a sua reprivatização, porque teve muito êxito no crescimento do GES e do BES ao longo de mais de duas décadas e porque sempre fora capaz de superar todas as dificuldades que foram surgindo. Por isso é que toda a tesouraria do Grupo estava unificada e confiada à direção do Dr. Ricardo Salgado.

Uma palavra relativamente à dívida da Rioforte, na qual, designadamente, a PT fez importantes aplicações, para dizer que era matéria financeira de que nunca tratei e que não era da minha competência ou responsabilidade.

Quero salientar que não sou um financeiro e nunca fui membro das comissões executivas nem do BES, nem da ESFG nem da Rioforte. Como referi, desde 2005 que as minhas funções no Grupo eram apenas não executivas, embora acompanhasse como *chairman* a estratégia da Rioforte.

Uma palavra ainda sobre a minha função de administrador não executivo do BES e da ESFG até abril de 2014, no sentido de que, além de

nunca ter tido quaisquer funções executivas no BES, nem na ESFG, nunca participei nas comissões executivas e nunca intervim, seja de que forma for, na gestão do banco ou na definição da sua estratégia.

Coloco-me agora à disposição de todos para prestar os esclarecimentos que quiserem e que eu seja capaz de dar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor por esta sua intervenção inicial e pela informação que nos trouxe.

Entramos agora na fase das perguntas e repostas. Esta primeira ronda será uma conversa entre o Sr. Doutor e os Srs. Deputados, em jeito de pergunta/resposta.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, gostava de cumprimentar o Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo e os restantes Deputados.

Já nos apercebemos de que não tinha conhecimento de nada da situação financeira nem da Rioforte nem do GES. Isso, por si só, bastaria para acabar aqui a nossa conversa, mas acho que temos de tentar perceber um bocadinho quais eram as suas responsabilidades e que nível de conhecimento é que tinha, ou não, da situação que se foi desenvolvendo.

Sendo presidente, e vamos voltar atrás, nunca teve nenhum lugar executivo nem na ES Resources nem na Rioforte, nem no BES, nem na Espírito Santo nem na ES Irmãos, nem em nenhuma companhia ou sociedade do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr.^a Deputada, no meu depoimento, disse que entre 1996 e 2005 fui executivo na Espírito

Santo Resources. Só passei a não executivo quando decidimos profissionalizar a gestão em 2005.

Em termos de não saber das contas da Rioforte, como pode imaginar, como presidente, naturalmente que estou a par das contas da Rioforte. Obviamente não no detalhe das contas financeiras porque, para isso, tínhamos o CFO da Rioforte dentro da comissão executiva, mas dos grandes números, dos balanços e das demonstrações financeiras, estava a par, mas não com o detalhe, se for preciso, em operações específicas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, depois de 2005 não teve nenhum cargo executivo em nenhuma empresa ou fundo ou sociedade do Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desde 2005 que passei a não-executivo do Grupo Espírito Santo, embora, como disse, acompanhasse a estratégia da Rioforte e da área não financeira do Grupo Espírito Santo.

Exerci funções executivas quando estava em Londres, desde 1992 a 1995, na sucursal do Banco Espírito Santo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tendo uma visão abrangente do Grupo, quando é que se apercebeu da situação financeira que, neste caso, começou primeiro na parte da ESI e da ES Control e que, depois, se foi alastrando aos vários ramos do Grupo? Isto é, quando é que se apercebeu que havia problemas na situação financeira do GES?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A verdadeira situação dramática que ocorreu foi no fim de 2013.

Naturalmente que tínhamos uma noção de que havia um endividamento alto e durante vários anos tentámos, de várias formas, reduzir esse endividamento. Infelizmente, fomos apanhados também pela crise de 2008 e isso dificultou-nos bastante a venda de ativos. Mas havia uma estratégia muito clara, desde 2006, de vender ativos não financeiros.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Segundo o Dr. Machado da Cruz, havia algumas pessoas que sabiam que o passivo da ESI estava a ser escondido — não sabiam o montante mas sabiam que havia ocultação de passivo — e o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo era uma delas. Pode confirmar-me se isto é assim ou não?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu não sabia que o passivo tinha sido omitido ou que não estava todo refletido nas contas. Conhecia que o passivo era alto, como vinha nas contas oficiais da Espírito Santo International, mas desconhecia e só tomei conhecimento em 2013, no fim de 2013, com o exercício do ETRICC.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que nunca se consolidaram as contas da ESI?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sempre nos foi dito, pelo próprio *commissaire aux comptes* e pelos nossos profissionais, que não era necessário consolidar a ESI. Mas, voltando um bocadinho atrás, só começamos a consolidar as contas da área não financeira — não estou a falar da ESI, estou a falar da Rioforte —, pela primeira vez, em 2009/2010.

Por isso, o caminho natural seria que um dia a ESI também iria consolidar as suas contas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas confirma que o principal argumento para não se consolidarem as contas da ESI era por forma a fugir à necessidade de nomear um revisor oficial de contas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não era um revisor oficial de contas, era o *commissaire aux comptes* e ele sempre nos disse que não era necessário, no Luxemburgo, consolidar as contas da *holding*.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não era obrigatório mas era possível.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não era obrigatório.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas um dos argumentos para permanecer sem contas consolidadas não era o de que, uma vez consolidadas, seria necessário nomear um revisor oficial de contas, um auditor externo, além do contabilista?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Penso, mas não tenho bem a certeza, que quando têm as contas consolidadas é capaz de ser isso, é capaz de ser assim mesmo. Mas nós só poderíamos consolidar depois, ou seja, só fizemos a consolidação da Rioforte, como disse anteriormente, a partir de 2010. Por isso, o próximo passo seria a consolidação da *holding* mãe. Mas, infelizmente, nunca chegámos lá!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas se essa necessidade era reconhecida, se em 2010 consolidaram as contas da Rioforte porque sabiam

que era necessário haver uma consolidação, se nada legalmente o impedia de o fazer, porque é que demoraram três anos ou quatro anos a consolidar as contas da ESI? Quem é que tomou essa decisão e porquê?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Olhe, Sr.^a Deputada, não sei, porque a ESI não era o meu pelouro financeiro. Sempre nos foi dito que não era preciso consolidar as contas, por isso não lhe sei responder.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito bem.

Ricardo Salgado confessou, numa reunião do conselho superior de 9 de dezembro — e nós só temos a gravação que saiu na comunicação social, porque falta-nos ainda um conjunto de documentos das reuniões do conselho superior —, que a Eurofin tinha escondido 5% de ações da Espírito Santo Financial Group para evitar uma OPA quer da ES Irmãos quer da ESI. Isto porque, no dia em que tivesse mais de 50% da Espírito Santo Financial Group, seria necessário lançar uma OPA e adquirir a totalidade do capital e não havia dinheiro para isso.

Assistiu a esta conversa? Confirma que a Eurofin servia de veículo para parquear ações da Espírito Santo Financial Group, para evitar uma OPA por parte da ESI?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, quer dizer, eu ouvi essa conversa mas a Eurofin era uma *boutique* financeira e se ela tinha ações da Espírito Santo Financial Group deveria ser por razões de investimento. Não tenho mais nenhuma informação sobre isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não se recorda de ter discutido isto numa reunião do conselho superior, no dia 9 de dezembro, com Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Lembro-me que foi abordado ou mencionado, mas nada mais do que isso.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Foi abordada a parte das ações, a parte da Eurofin, ou a parte em que a Eurofin parqueava ações da Espírito Santo Financial Group?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Lembro-me de terem falado que a Eurofin tinha uma participação na Espírito Santo Financial Group; agora não me recordo bem qual é que era a percentagem, mas, pelos visto, eram 5%.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, não confirma que essa participação permitia o não lançamento de uma OPA e que isso poupava muito dinheiro à ESI?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desconheço, perfeitamente. Desconheço!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — No dia em que as gravações chegarem vamos poder perceber a compreensão seletiva destas conversas.

Sabe dizer-me qual era o papel da Eurofin no Grupo Espírito Santo? É que ela parece estar sempre presente. Isto é, quais eram as relações, quais eram os negócios com a Eurofin, para que é que servia, para que era utilizada? Também há gravações em que é dito que dava um jeitão ao

Grupo. Já percebemos que sim, mas consegue explicar-me qual era o papel deste veículo, ou desta sociedade, para o Grupo Espírito Santo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr.^a Deputada, eu não tinha relações habituais com a Eurofin. Sei que a Eurofin era uma *boutique* de investimento, que tinha várias facetas, desde serviços de assessoria até a algo semelhante a banca de investimento e a gestão de ativos. É isto que sei e, também, que havia alguma relação, em termos de investimentos em Portugal, nalguns sectores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em 2012, há um passivo da ESI que tem de ser reanalisado e é quando se percebe que há um aumento de 1300 milhões no passivo da ESI. Depois de auditorias feitas, eram 1300 milhões que estavam escondidos e que não entraram nas contas. Isto através de um balanço que nos foi disponibilizado.

Este passivo da ESI, que não estava contabilizado, era dinheiro que foi pedido pela ESI e que serviu para emprestar à ES Resources e, portanto, aparece do lado da ES Resources como dinheiro emprestado pela ESI. Isto quer dizer que a própria ESI se estava a endividar para poder entregar dinheiro à ES Resources.

Pergunto: porquê? Qual era a situação financeira da ES Resources e que ativos tinha no seu balanço que precisassem tanto de capital ou de liquidez para a ESI se ter de endividar numa altura já tão complicada e para ter escondido esse passivo? Parte do passivo que estava escondido foi parar à ES Resources. Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: que tipo de negócios a ES Resources tinha com a Eurofin para ter cerca de 1000 milhões de ativos no seu próprio balanço, ligados à Eurofin?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr.^a Deputada, só dei conta disso, obviamente, depois do exercício do ETRICC, isto é, da situação desses investimentos.

Não sei se sabe que, depois, em abril/maio, fiz parte da reestruturação da ESI e quando a ESI fez o seu pedido de gestão controlada, no Luxemburgo, a equipa que estava na ESI teve de trabalhar com os peritos do Luxemburgo e recolher toda a informação. Foi nessa altura que nos deparámos com esses movimentos, aliás, que soubemos que havia um investimento de 800 milhões em fundos da Eurofin, que estavam feitos via Espírito Santo Resources e que, depois, consolidados pelos auditores no seu exercício, passavam para a ESI. Fundos de investimento esses que, depois, vieram a vender parte dos ativos e que ainda hoje detêm uma parte. Foi com esses fundos que se reduziu um pouco da dívida da ESI, depois do *ring-fencing* feito pelo Banco de Portugal.

Mas o meu conhecimento foi neste processo todo do Luxemburgo e na recolha de informação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem é que decidiu emprestar 1300 milhões à empresa da qual era *chairman*?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — É uma pergunta realmente relevante.

Quando criámos a Rioforte, o objetivo era fazer o *phase-out* da Espírito Santo Resources, que ficou com poucos ativos dentro da carteira, ativos que não faziam sentido, nessa altura, passar para o mundo da Rioforte. Alguns deles eram algumas ligações estratégicas com outros grupos. Foi só em 2013, 2014 que me deparei com o facto de que a Resources tinha sido usada para comprar esses ativos, sem o meu conhecimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando diz esses ativos, está a referir-se a que ativos? Só para nos entendermos aqui, na conversa...

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Os ativos que eu estava a dizer eram os fundos de investimentos da Eurofin.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, durante o ano de 2012, a ESI endivida-se em 1300 milhões para poder emprestar 1300 milhões à ES Resources, que era um veículo que, à partida, teria pouquíssimos ativos e pouco importantes, mas que foi ressuscitado para conseguir comprar, com esse dinheiro emprestado pela ESI, ativos à Eurofin. É esta a história, em termos resumidos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Penso que uma parte era para a Eurofin e a outra era para projetos imobiliários em África.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nomeadamente em Angola?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, sei que eram em Angola, mas desconheço os projetos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ligados à Escom?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Creio que não estavam ligados à Escom.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Estes 800 milhões, que foram investidos na Eurofin, foram investidos em que tipo de ativos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Esses 800 milhões foram investidos em fundos de investimentos. Ainda há muitos desses fundos de investimentos que não conhecemos; muitos deles foram vendidos e por isso foram ressarcidos — uma grande parte dinheiro creio que 400 a 500 milhões de euros —, mas a outra parte ainda não foi, e nós desconhecemos o que eram os fundos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que tomou a decisão dentro da ES Resources, empresa da qual era *chairman*, de investir 800 milhões em fundos que desconhecem?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Penso que foram certas pessoas dentro do Grupo que tinham acesso também à ES Resources, da área financeira.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que dentro do Grupo tinha acesso à Espírito Santo Resources e como é que alguém fora de uma empresa tem acesso à empresa? Ou, então, eram pessoas da empresa!

Deixe-me só tentar compreender quem é que tinha o poder de o fazer e como é que se toma uma decisão destas.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A assinatura, isto é, era normal que, nas nossas empresas do Grupo, houvesse assinaturas, praticamente, pelos administradores.

Desde o princípio do Grupo que houve uma tradição, que veio a revelar-se que não foi certa, em que, praticamente, os cinco grandes ramos acionistas estavam presentes em todas as *holdings* do Grupo. Em termos de

governance obviamente, hoje em dia, isso é discutível. Mas a decisão de investir na Eurofin foi alheia ao meu conhecimento.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, pergunto de novo: quem é que tomou a decisão de investir na Eurofin e em projetos imobiliários que aumentaram a necessidade de financiamento da ES Resources, que deveria ser um veículo que geria uns ativos em fim de vida e em vez disso se tornou um grande problema?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei exatamente, mas quem tinha o acesso à Espírito Santo Resources era a área financeira da ESI, as pessoas que tinham o centro financeiro da ESI.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E isto quer dizer, Dr. Ricardo Salgado, Dr. Machado da Cruz?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, quem geria... O Grupo tinha uma tesouraria central. Por isso, a tesouraria central da ESI era gerida pelo Dr. Ricardo Salgado e pelo Dr. José Castella e, também, com o apoio do Dr. Francisco Machado da Cruz.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Dr. Ricardo Salgado, o Dr. Machado da Cruz ou o José Castella tinham poder para decidir investimentos dentro da ES Resources, que era uma empresa na qual não tinham cargos executivos — segundo sei, mas posso estar enganada —, no valor de 1000 milhões? Não havia nenhum tipo de controlo interno, inclusive pelo presidente da comissão executiva da própria ES Resources?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não havia presidente da comissão executiva, porque, como disse, a ES Resources já estava em fase de *phase-out*. Por isso, basicamente, a nossa ideia era, depois da criação da Rioforte, extinguir, ou seja, acabar com a ES Resources.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pelos vistos, essa ideia não era partilhada entre todos os membros do Grupo Espírito Santo, porque ela, de facto, não acabou; alguém tinha planos diferentes para a ES Resources como veio a confirmar-se.

Independentemente de estar em *phase-out* ou não estar em *phase-out*, a ES Resources é uma empresa, tem órgãos sociais. Como tal, pergunto: quem é era responsável, em último caso, pelas decisões de investimento que se faziam na ES Resources? Não pode ser, simplesmente, uma pessoa que vem de fora que decide os investimentos que uma empresa, supostamente autónoma, faz.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — É um processo que estamos a investigar. Como sabe, todo este processo está a ser investigado e nós próprios estamos a investigar o que é que aconteceu.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem é que, legal e estatutariamente, tinha o dever de decidir, de controlar e de assinar este tipo de investimentos dentro da ES Resources?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Bastava haver duas assinaturas para comprometer a sociedade. E, basicamente, havia vários administradores que tinham as assinaturas e *managers* e diretores.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não havia ninguém com o controlo da área financeira, alguém que controlasse os investimentos de uma sociedade ou a saúde destes ativos em fim de vida?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Como lhe disse, o Grupo Espírito Santo, a ESI, tinha uma tesouraria central. Por isso, essa tesouraria era gerida por essa área financeira central do Grupo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quem é que controlava e geria os ativos da ES Resources? Não havia ninguém?! Eram controlados centralmente pela tesouraria da ESI?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Basicamente, até 2009, a ES Resources foi controlada pelo administrador delegado, que era o Dr. Fernando Martorell; eu era o presidente não executivo.

Depois, quando se formou a Rioforte, a Rioforte assimilou praticamente a maioria, como disse antes, dos ativos da ES Resources. E a ordem que tínhamos dado, basicamente, seria no sentido de que iríamos fazer o *phase-out* da Resources. Mas nós, os administradores, continuámos todos na Resources; alguns de nós até ficámos surpreendidos de ainda termos lá o nosso nome até há pouco tempo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Que ativos é que ficaram na ES Resources e que não foram transferidos para a Rioforte?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não me lembro assim de momento, mas eram ativos que não tinham enquadramento estratégico no seio da Rioforte. Por exemplo, tínhamos uma participação no Grupo Veles, da Sapec — esse é um exemplo — e, porque era uma

participação cruzada, não fazia sentido ir para a Rioforte. E, entre esses, foram! A própria Sodim, penso que também ficou fora do âmbito da Rioforte.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — A Escom?

O Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo: — A Escom entrou na Rioforte quando a Rioforte foi formada, em 2009 e depois, em 2010, quando já estava para ser vendida, passou temporariamente pelo seio da ES Resources.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Porquê?

O Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo: — Porque o objetivo da Rioforte era atrair capital e era importante manter resultados e manter um balanço importante.

O nosso objetivo era não só trazer investidores mas fazer um IPO da Rioforte, mais tarde. Quando o contrato de promessa de compra e venda estava para ser assinado, não tínhamos bem a certeza, e já estávamos no fim do ano de 2010, se bem me lembro, se o contrato se faria ou não e, como tal, por razões de segurança, decidimos passá-la temporariamente, antes do fim de 2010, para a Resources, que, depois, a vendia; e, por acaso, ainda vendeu ou assinou o contrato de promessa, no fim desse ano.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Portanto, era um veículo para isolar prejuízos do resto do Grupo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, não diria isso. Eu acho que, aqui, o importante foi que criámos a Rioforte para atrair capital e para resolver um problema que tínhamos.

Por isso, tínhamos de proteger a Rioforte. De uma certa forma, como sabíamos que a Escom ia ser vendida, mas não sabíamos se a operação se faria até ao fim do ano, decidimos vendê-la para a Resources e, depois, fazer o contrato de promessa com a Resources.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A quem é que a Escom ia ser vendida, porque é que tinham dúvidas sobre o negócio e quando é que essa operação se fez?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não acompanhei as negociações da Escom, mas sei que era para a Sonangol e que foi assinado o contrato promessa de compra e venda em dezembro de 2010, no fim de dezembro.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Se era para a Sonangol, porque é que as notícias que temos são de que o dinheiro vem da Newshold, que era a empresa de Álvaro Sobrinho?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Isso não... Naquela altura era para a Sonangol, se não me engano.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E por que é que o negócio correu mal?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Isso não sei; não estive envolvido com as partes do negócio e, por isso, desconheço.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas esta venda era da responsabilidade da Rioforte. Aliás, nas atas da Rioforte várias vezes é referido como a não venda da Escom ia penalizando as contas da Rioforte. E isto transferiu-se, entretanto, para a ES Resources. Não sabe porque é que correu mal nem a quem é que foi vendido depois?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Era da Rioforte mas a negociação estava fora do enquadramento e do contexto da Rioforte. Foi liderada por um dos membros do conselho superior, com os interessados angolanos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pelo Dr. Ricardo Salgado, portanto?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, se me permite uma pequena sugestão, diria para evitarmos o mais possível a terminologia anglo-saxónica, uma vez que temos muitas pessoas a assistir, tornando, desta forma, a linguagem mais acessível a todos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo e começar a abordagem por cima, ou seja, pela Espírito Santo Control.

Qual era a estrutura acionista da ES Control?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A Espírito Santo Control era uma *holding* familiar que detinha os ramos principais — os cinco principais ramos — e, depois, detinha outros acionistas minoritários, muitos deles membros da família e outros, como a família Queiroz Pereira, que foram acionistas desde o primeiro dia.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Mas a família fazia-se representar por Veldant, Raimul, ALR, Penaforte, Quintus e Roche Pin?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A família fazia representar-se por sociedades, exatamente.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Onde estão as sedes destas sociedades?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei. Não posso conhecer exatamente onde estão, devem estar em vários lugares, mas não conheço.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E havia uma correspondência entre cada ramo da família e cada uma destas sociedades?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não entendi a sua questão. Uma correspondência em que sentido, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Cada ramo tinha uma destas sociedades.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Cada ramo fazia representar-se por uma destas sociedades, exatamente.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Confirma que não era prática usual haver assembleias gerais da Espírito Santo Control?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — As assembleias gerais eram feitas uma vez por ano, mas eram feitas em Lisboa e depois passadas... Quer dizer, não eram assembleias,... como se diz, assembleias assinadas por todos os acionistas.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Considera uma boa prática de gestão numa empresa com 130 milhões de euros de capital social não haver assembleias gerais físicas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Quer dizer, ela tinha reuniões. Tinha uma reunião anual com todos os acionistas, em junho, em que eram debatidos todos os temas.

Para nós, isso era a assembleia geral, com todos os acionistas, praticamente.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Confirma que nem todos os administradores eram convocados para as reuniões do conselho de administração da Espírito Santo Control?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Isso não posso confirmar, porque não era eu que tratava desses assuntos.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — De acordo com dados que chegaram a esta Comissão, a Espírito Santo Control teria uma situação de falência já em 2012, se não em data anterior.

Tem alguma ideia sobre qual terá sido o ano em que os seus capitais próprios, enfim, tendo as contas certas, já eram negativos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Se não me engano, não estava em capitais negativos nessa altura.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Bom, de acordo com a contabilidade apresentada pelo acionista Cimigest, o capital próprio era negativo em 618 milhões de euros já no final de 2012.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei o que é que a Cimigest apresentou, porque nunca vi os quadros. Por isso, desconheço.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Teve lugar uma assembleia geral da Espírito Santo Control no dia 24 de junho de 2013. Nessa assembleia geral, falou-se sobre as contas da ESI, nomeadamente porque houve questões sobre esta matéria que foram colocadas pelo Dr. Júlio Castro Caldas.

Tem conhecimento, exatamente, do que é que foi discutido nesta assembleia geral da Espírito Santo Control sobre as contas da ESI?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu não estava presente nessa assembleia geral, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E nas reuniões subsequentes de conselho superior, ou outras, não houve discussões sobre este tema? Isto relativamente ao que se passou na assembleia geral de 24 de junho.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, houve uma informação sobre o facto de que tinham tido uma reunião, mas não entrámos em detalhe.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Muito bem. Passemos agora da Espírito Santo Control, descendo um degrau, para a ESI.

Como se explica a espiral de endividamento que conduz a uma situação no final de 2013 em que há um passivo de 8000 milhões de euros na ESI?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Os 8 000 milhões de euros... O passivo da ESI consolidado, cujo exercício foi feito pela KPMG, pela primeira vez, depois do ETRICC, era de 6000 milhões. Mas depois, adicionando o do Rioforte, dava 8000 milhões. Isso era a consolidação do Grupo todo, mesmo com as imparidades.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sim, mas a questão é como é que este endividamento evolui desde 2008, por exemplo?

De facto, é estranho que, sendo acionista da Espírito Santo Control, que por sua vez é acionista da ESI, assistamos todos, um bocadinho impávidos e serenos, a uma situação que é suicida, desse ponto de vista.

Portanto, como é que explica uma evolução que leva a um nível de endividamento de 8000 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Olhe, de 2008 a 2013, como disse ainda há pouco à Sr.^a Deputada, houve realmente um investimento — principalmente em 2013 — grande.

Houve um aumento significativo na ESI com os investimentos na Eurofin. Depois, houve outros investimentos que eu sei que foram suportados pela ESI, como, por exemplo, avanços à Opway, aumentos de capital da Espírito Santo Financial Group, juros acumulados, e isso tudo acumulou... E ainda a dificuldade de não conseguir vender ativos na altura da crise, tudo isso veio a resultar na situação onde chegámos.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Queria regressar, por alguns instantes, à questão das contas da ESI, porque ela é uma peça importante e objeto de análise desta Comissão de Inquérito. Aparentemente, enfim, começa a surgir esta forma de trabalhar as contas com uma intensidade que terá 180 milhões de euros em 2008 e atinge 2500 milhões de euros de desvio entre a situação patrimonial real e a reportada em dezembro de 2013.

O Francisco Machado da Cruz, e vou ser mais preciso, em depoimento prestado a uma das melhores empresas de advogados do Luxemburgo, no dia 28 de março, declara, e vou citar: «era conscientemente realizada desde 2008. E esta prática era do seu conhecimento, também».

Pedia-lhe que fosse mais explícito. Enfim, de certo modo, já nos transmitiu o que pensa sobre a matéria, mas desmente categoricamente um depoimento escrito de Francisco Machado da Cruz sobre esta matéria, datado de 28 de março?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei qual é esse depoimento, mas eu não era responsável pelas contas da ESI e não tinha conhecimento dessa matéria.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Acredita que o Dr. Ricardo Salgado também não tinha o menor conhecimento desta matéria?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei. Isto é um caso que, como sabe, está a ser investigado no Luxemburgo, pelas autoridades, e penso que toda a situação se vai desvendar rapidamente.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Com toda a sua experiência de gestão, acredita que um *commissaire aux comptes* tivesse um desvio nas contas que atingiu 2500 milhões de euros, sendo o único no mundo a saber disso?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Quer dizer, obviamente que por vezes há erros que podem ser erros casuais, mas 2500 milhões, realmente... quer dizer, o desvio é muito grande e acha-se estranho.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — E quais seriam as motivações de um *commissaire aux comptes* isolado, sem instruções, sem ninguém saber, para desvirtuar as contas, o que contraria a natureza intrínseca da sua profissão, que é ter as contas certas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, não sei.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Relativamente à necessidade, ou não, de consolidação de contas da ESI, também desse documento produzido por uma das melhores empresas de advogados do Luxemburgo,

decorre, inequivocamente, que havia uma obrigação legal, no Luxemburgo, dessa consolidação de contas.

Quer comentar?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Foi na primeira reunião que tivemos em 2014, do conselho de administração, que fizemos no Luxemburgo, que os nossos advogados nos informaram, e ficámos todos, de uma certa forma, surpreendidos. Digo todos os administradores porque, até à data, tínhamos sido informados que não era necessário consolidar as contas no Luxemburgo.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Bom, descendo em cascata, vamos agora passar para a Rioforte.

Aparentemente, já em 2006 havia um trabalho feito por Henrique Granadeiro, que foi alvo de apresentação ao conselho superior do Grupo, a 21 de abril de 2006, onde se apontava para a existência de um passivo de 2300 milhões de euros, na área não financeira, e um prejuízo de 1000 milhões de euros, referentes a 2005. Portanto, aparentemente o problema vem de trás e não surge com a crise de 2008.

Quer comentar?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O problema já estava... Quer dizer, nós já tínhamos um passivo de certa forma controlável, eu diria, mas em 2005, quando contratámos o Dr. Fernando Martorell, já no âmbito de fazer uma reestruturação profunda do sector não financeiro — e tinha de ser uma pessoa independente, porque achámos que era a melhor opção —, ele apresentou, em 2006, um plano de reestruturação em que considerava a venda, a alienação de vários ativos e uma redução drástica de custos, a fim de fazer face a esse endividamento.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Aparentemente, a exposição direta do BES à Rioforte, a 30 de junho de 2014, era de 271 milhões de euros, o que quadruplica esta mesma exposição à data de março de 2014.

Isto não contraria frontalmente determinações do Banco de Portugal de *ring-fencing*? Peço desculpa por usar um termo anglo-saxónico.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — No princípio, quando foi feita a blindagem, era — e lembro-me que foi feita logo na primeira fase — só para a ESI. Depois é que veio, mais tarde, para Rioforte — se não me engano em fevereiro ou março.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — A blindagem prende-se com a não exposição do BES à área não financeira do Grupo e, por isso mesmo, obviamente, inclui a Rioforte.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Estou a falar da distribuição do papel comercial, Sr. Deputado.

Peço desculpa, mas eu não acompanhava essa área financeira com detalhe.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — O BES criou expectativas de reembolso dos clientes de retalho de dívidas no montante de 342 milhões de euros sobre a Rioforte, o que os obrigou, naturalmente, a fazer provisões. O que lhe pergunto é se isso contraria, ou não, frontalmente, determinações da CMVM?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu não sei. Não estava na área financeira do BES e por isso eu não tinha nenhuma ligação com o Banco de Portugal ou com a CMVM.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — O Dr. Ricardo Salgado, quando esteve aqui, sugeriu que havia fortes debilidades de gestão na área não financeira.

Basicamente, disse: «bom, a família está toda muito concentrada na área financeira, e, portanto, havia fragilidades evidentes do outro lado, do outro ramo dos negócios da família». O que lhe perguntava é, estando do outro lado, se confirma ou não que as debilidades estavam, sobretudo, no ramo não financeiro.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — As debilidades estavam na ESI. Aqui, é preciso separar o que é ESI e, muitas vezes, a ESI é considerada como o ramo não financeiro, mas a ESI era, de facto, a *holding* detentora do ramo financeiro e não financeiro.

Debilidades na Rioforte não havia. Poderiam alguns projetos não correr tão bem, ou mesmo mal, e, se calhar, a velocidade de vendas de alguns projetos... Mas ela tinha uma *governance* que, eu diria, impecável.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Gostava agora de falar de questões mais gerais, que se prendem igualmente com o conselho superior e com o modo de funcionamento do BES, onde, apesar de não ter funções executivas, também era administrador.

Quem, na prática, liderava as reuniões do conselho superior do Grupo, do conselho de administração e da comissão executiva do BES? Bom, da comissão executiva não saberá, mas do conselho de administração saberá.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — No conselho superior, há um presidente do conselho superior; reuníamos, normalmente, uma vez por mês e debatíamos os assuntos de interesse para o Grupo. O Dr. Ricardo falava, principalmente, da área financeira e, quando era preciso fazer apresentações da área não financeira, eu chamava o CEO da área não financeira, que vinha fazer o relato de todas as atividades da área não financeira.

O BES tinha o seu presidente e, depois, era a comissão executiva, de que eu fazia parte como administrador não executivo, até abril de 2014; os conselhos, basicamente, eram apresentações sobre a situação do BES, em geral.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Acha possível estar nas reuniões do conselho superior e não se aperceber que as conversas estavam a ser gravadas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu sabia que as conversas estavam a ser gravadas. As conversas foram gravadas a partir da altura em que o conselho superior aumentou o número de membros.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Em sede de conselho superior ou de conselho de administração do BES, era matéria discutida a compra e venda de ações do BES por parte de elementos da família ou de altos dirigentes do BES, ou cada um era livre de tomar as suas decisões em qualquer instante, sem as comunicar a outros ramos da família?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, nunca foi discutido no âmbito do conselho superior, cada um fazia... isto é, se quisesse comprar ações para si, fá-lo-ia.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — No ano de 2014, é já evidente — e não apenas em 2014 mas foi reforçado em 2014 — que há fortes necessidades de capitalização em várias partes do Grupo. Isso conduz a uma operação de aumento de capital do BES, que é conhecida, e o espólio desta Comissão permite descortinar quem comprou e vendeu ações do BES. Estas transações envolveram membros da família e dirigentes de topo do BES e vou dar-lhe alguns exemplos do que aconteceu e que eu gostava que comentasse, embora não o envolvendo a si, diretamente.

Em 2014, a título de exemplo, José Maria Ricciardi, vende 41 900 ações a 23 de junho, ficando com apenas 100 ações do BES; Rui Guerra, que estava a exercer funções no BESA, vende a totalidade das suas 439 100 ações, entre março e abril de 2014; Joaquim Goes vende 120 000 ações em fevereiro, a 1,39€ cada ação, e compra depois 12 600 ações, em maio, a 65 cêntimos cada uma.

Tinha conhecimento destas operações de compra e venda? O que é que lhe apraz dizer sobre elas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Disso eu só tinha conhecimento quando saia a notícia no jornal, porque tinha de se declarar... e de alguns! Mas, quer dizer, isso é uma decisão individual, não é?!

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Presidente, vou terminar.

Já foi aqui usada a analogia de que o BES seria um exército. A ideia com que se fica, relativamente a estas operações de compra e venda de

ações do BES, é que, ao mesmo tempo em que o BES estava a recrutar soldados e sargentos, que foram à operação de aumento de capital, algumas altas patentes pareciam estar a desertar.

Portanto, gostava que comentasse. Coloque-se na pele de um pequeno acionista que foi à operação de aumento de capital. Como é que concilia tudo isto com as vendas substanciais de ações que alguns dos responsáveis máximos do Grupo fizeram, em período temporal mais ou menos idêntico?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O Sr. Deputado está a falar de quando?

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Estou a falar de várias operações que é possível identificar, em que responsáveis máximos do Grupo e do banco estavam a vender ações ao mesmo tempo, ou pouco tempo antes ou depois, que pediam 1000 milhões de euros, que pediam para que investidores comprassem ações na operação de aumento de capital do BES. Há ou não alguma incoerência entre estas duas realidades?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não me compete comentar sobre esse assunto porque eu não estava envolvido, nem sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, gostaríamos de juntar algumas perguntas às que já foram feitas e não têm de ser repetidas; ficaram já em ata, razão pela qual me dispenso de repetir o que ficou formulado e parcialmente respondido ou não respondido.

Sr. Presidente, previamente, gostaria só de anunciar que faremos distribuir um documento que gostaríamos que a testemunha comentasse. Gostava ainda de dizer que, evidentemente, não estamos nem num *reality show*, nem numa tertúlia, e há obrigação legal de resposta com inteira verdade às perguntas colocadas ou, então, se a testemunha for arguido, a testemunha pode reservar-se o direito, dentro de determinados limites, de guardar silêncio sobre as matérias, mas não mais do que isso.

Julgo que a imagem que resulta desta inquirição até agora, um pouco na esteira do que acabou de ser dito, é uma imagem terrível da nossa aristocracia financeira, como se auto apelidava: uns protagonistas tinham a ilusão de que tinham uma *governance* absolutamente impecável e magnífica, digna de ser estudada como *case study*; outros estavam completamente ausentes do sítio onde estavam presentes e outros assinavam de cruz em absoluto, até no sentido literal: assinavam de «cruz». Ou seja, assinavam o que Cruz propunha e Cruz surge aqui como o homem mais poderoso de Portugal ou, pelo menos, o homem mais poderoso do Grupo Espírito Santo, o que é uma aberração e teremos ocasião de clarificar isso.

Dito isto, gostava que começasse por nos esclarecer o seu papel neste caso das luvas milionárias, no caso dos submarinos. É uma espécie de questão prévia.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O que é que o Sr. Deputado gostaria que eu esclarecesse sobre isso?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Bem, luvas milionárias é uma expressão jornalística, e estamos a falar das comissões que cada um dos ramos da família Espírito Santo recebeu, alegadamente, por uma contribuição para o bom desfecho da aquisição pelo Estado português de

dois submarinos que estão ao serviço e são excelentes máquinas de guerra. O problema são as luvas!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Essa foi... Quer dizer, penso que já foi aqui referido que 2004 foi um ano em que tivemos uma retribuição especial. O conselho superior nunca tinha remunerações, isto é, não era remunerado, e decidiu-se haver uma retribuição especial de uma das empresas do Grupo aos cinco membros do conselho superior.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — A expressão «retribuição especial» é equivalente a comissão? Luvas?... Ou qual é a natureza jurídica daquilo a que chamou «retribuição especial»?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Uma retribuição, eu diria, é um pagamento por uma sociedade pelos resultados obtidos, basicamente.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Qual foi o resultado obtido pelas sociedades pelo facto de dois submarinos serem adquiridos e o Estado português pagar aquilo que veio a ser mais de 1000 milhões, sem intervenção, julgo eu, da testemunha?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Intervenção da testemunha?!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sem a sua intervenção!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, mas eu não tenho conhecimento dos meandros do negócio. Isso, não tenho.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas foi-lhe especificado que não era o resultado de uma transação na Patagónia?! Era o resultado da aquisição de dois submarinos, por Portugal.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Penso que fazia parte do resultado, era uma parte do resultado dessa operação.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Foi informado de que a origem eram os dois submarinos. E a que título é que o Sr. Doutor tinha intervindo no sucesso desse negócio?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu não intervim nesse negócio. Não intervim, de maneira nenhuma! Quem interveio foi a nossa sociedade, a Escom.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Julgo que não o estou a compreender, porque isso significa, e vai suscitar grande inveja social, que há possibilidade de, sem qualquer intervenção, obter uma — vou chamar-lhe assim — «retribuição especial».

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não... Do que eu sei, aquilo foi um concurso que foi ganho, principalmente, por causa da capacidade das contrapartidas que eram feitas. Por isso, eles tiveram um resultado, e desse resultado veio uma retribuição especial para o conselho superior, que foi decidido ser única, como já aqui foi dito; depois, decidimos não a fazer novamente, nunca mais a fazer.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não teve perceção de que isso era o resultado de uma transferência da Ferrostaal para a Escom UK, e da Escom UK para um conjunto de entidades intermediárias, incluindo alguns segundos numa conta em Paris, para depois ser transferida para Lausanne e outros sítios, incluindo do território nacional, como o *offshore* da Madeira, etc.?

Portanto, esse circuito foi-lhe alheio?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desconheço o circuito.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, foi essa a razão pela qual não declarou ao fisco esse montante, imediatamente?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu declarei ao fisco esse montante.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É capaz de evocar em que condições?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Já não me lembro se foi 2005 ou 2006, quando foi feito o RERT... nessa altura.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E por instâncias de quem é que fez essa retificação da situação fiscal em que havia omissão e passou a haver perdão parcial?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei... Não compreendi a sua pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não fez essa retificação sozinho? Ou seja, fê-la a conselho e com os seus colegas dos outros quatro ramos, tendo um deles, aliás, ficado de fora?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Nessa altura, quando houve o RERT, houve a possibilidade de regularizar certas situações, não só essas como outras, o que foi feito nessa altura.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Por indicações do Sr. Dr. Ricardo Salgado?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, ele não deu indicações expressas, cada um fazia o que entendia. Mas eu penso que, nessa altura, com o RERT — não sei se foi o primeiro RERT (Regime Excecional de Regularização Tributária) —, nós decidimos que faria sentido regularizar toda esta situação.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Seria capaz de fornecer à Comissão a documentação relativa a esse processo, designadamente o parecer a que obedeceu, a tramitação e a informação prestada ao fisco?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu não tenho, neste momento, porque isso foi tudo confiscado pelas autoridades que estão a investigar todo o processo.

Como sabe, fomos sujeitos a várias investigações e, nesse processo, levaram-nos bastantes documentos, Sr. Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Fica registado em ata.

Sr. Presidente, neste período, se me permite, em interpelação à mesa, informo que vamos distribuir à testemunha e aos Srs. Deputados um documento relativo a uma matéria distinta, que é a situação da Rioforte.

Neste momento, o Deputado José Magalhães procedeu à entrega na mesa do documento.

Sr. Presidente, quero dizer ao Sr. Depoente e aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas que o documento que distribuí diz respeito à questão de se saber quantas Rioforte há.

É importante que este inquérito não se cinja, nem vá atrás de farol nenhum, magneto ou íman de qualquer natureza. E a questão aqui é que nós falamos em Rioforte e as pessoas julgam que estamos a falar de uma entidade, mas, não, há várias Rioforte e eu gostava que a testemunha pudesse dar uma descrição de quantas Rioforte existem.

O documento que distribuí diz respeito à Rioforte Brasil — e já veremos que tem muito que comentar —, mas há outras Rioforte.

Portanto, seria capaz de nos ajudar a perceber a heteronímia que há na Rioforte?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, se não me engano há três Rioforte: a Rioforte principal, que é a Rioforte Investment, que está sediada no Luxemburgo, a qual está em liquidação, neste momento. A Rioforte Investment é que detém os investimentos e os ativos todos da Rioforte.

Depois, há uma Rioforte Portugal, sediada em Portugal, que é meramente para gestão e que não tem ativos mas que tem por baixo — ou tinha, porque hoje em dia já foi reformulada com toda esta reestruturação — todo o corpo técnico que trabalhava em Portugal, desde a área financeira

à área de planeamento. Isto é, todas as pessoas que trabalhavam na Rioforte Portugal eram empregados pela Rioforte Portugal.

Há, ainda, a Rioforte Brasil, porque, como sabe, os nossos investimentos no Brasil e na América do Sul são importantes e foi criada a Rioforte Investment Holding Brasil.

E são as três que existem.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, a questão é que, precisamente, a discussão não se tem focado na Rioforte Brasil, e isso é verdadeiramente péssimo, porque a testemunha pode ajudar-nos a perceber, desde logo, a composição dos órgãos dirigentes da Rioforte Brasil.

Os corpos dirigentes — e esta é a minha primeira pergunta — são o Ricardo Abecasis Espírito Santo Silva, o Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva, o Fernando Martorell, vice-presidente, e, depois, aqueles senhores que foram de uma empresa de consultadoria, o Sr. Pena e o Sr. Cadete, que são vogais, e a diretoria, julgo eu, é ocupada por três brasileiros. Seria capaz de confirmar que é assim?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desculpe, a diretoria é representada... Vamos lá a ver, na Rioforte Brasil, a área executiva e diretoria são brasileiros. Parece que há um português ou dois mas são, na sua maioria, brasileiros. Aliás, brasileiros e um português.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Certo. É capaz de se recordar de quando é esta composição? É que na anterior estava o Sr. Machado Cruz.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, o Sr. Machado da Cruz estava só na Rioforte Investment Holding Brasil. Na principal, se não me engano, porque ele nunca entrou na Rioforte Brasil, e entrou, se

não me engano, em 2011. Esteve de 2011 até ao fim de 2013; demitiu-se em 2014.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E lembra-se porquê? Isto é um pequeno parêntesis, porque a linha de inquirição é sobre outra coisa.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Devido às circunstâncias do que aconteceram na ESI.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ou seja, o Dr. Ricardo Espírito Santo considerou que, tendo sido revelado o que tinha sido revelado sobre o papel do contabilista, ele tinha de sair da ESI e da Rioforte?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exato.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — E acha normal, segundo os padrões, que os Srs. Pena e Cadete, que tinham sido auditores nos anos anteriores, aparecessem agora no conselho de administração?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desculpe, o Eng.º João Pena foi o CEO da Rioforte desde o começo. Foi contratado por nós no princípio de 2010. O Dr. Gonçalo Cadete era o CFO da Rioforte, o responsável por toda a área financeira. Ambos faziam parte da comissão executiva.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Certo. Mas anteriormente eram consultores de empresas de consultadoria.

É capaz de explicar o recrutamento destes consultores que passam, assim, de consultores, a ser consultados?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O Dr. Gonçalo Cadete trabalhava na Roland Berger e juntou-se ao Grupo em 2004, porque nesse ano criámos um centro cooperativo para apoiar a ES Resources. O Eng.º João Pena, nessa altura, também trabalhava na Roland Berger e só veio para o Grupo em 2010. O Dr. Gonçalo Cadete transitou... entrou no Grupo em 2004 e, depois, em 2009 com a formação da Rioforte, ele transita, como CFO, para a Rioforte; nessa altura, nós convidámos o Eng.º João Pena, que estava na AT Kearney, que é outra sociedade de consultoria, e ambos foram para a comissão executiva.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas eles tinham sido auditores em 2010, ou em momentos anteriores. Isto é, conheciam na intimidade, as dificuldades da empresa ou também pertencem à galeria dos desconhecedores?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, eles nunca foram auditores, foram consultores. E, como consultores, ajudaram-nos na reestruturação da própria ES Resources. Tivemos muitas horas de trabalho com eles, e foi devido a esse conhecimento que eles tiveram, e à sua profissionalização, que os contratámos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Esses peritos e administradores...

Gostava de pedir-lhe agora um comentário ao enorme universo de participações que a *holding* brasileira tem.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, muitas destas participações foram herdadas já do passado.

Como sabe, o Brasil foi o primeiro país em que o Grupo Espírito Santo investiu em 1976, 1977. Por isso, houve uma transição, quando foi feita a Rioforte, de algumas participações que o Grupo já detinha no Brasil e, depois, foram feitas outras aquisições.

Aqui havia muitas sociedades da área imobiliária. Está discriminado, por exemplo, a Espírito Santo Property Brasil, que é uma sociedade onde nós temos uma parceria com um empreendedor local, um empresário local, o Sr. Óscar Americano, e aqui estão discriminadas todas as sociedades que fazem parte. Por exemplo, para cada projeto imobiliário há uma sociedade, porque por vezes têm outros sócios, e por isso é que há este número de empresas aqui discriminadas.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Pedia-lhe que nos desse um exemplo em relação ao ponto 1 da Espírito Santo Property Brasil, que, presumo, tem ativos no seguinte regime: o titular do terreno tem 50% e a Espírito Santo Property Brasil tem os outros 50%.

Vamos publicar isto na *Internet* e é só para que se torne compreensível.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Pois, é um exemplo, exatamente, de um projeto imobiliário onde há um outro sócio que detém 50% e a Espírito Santo Property detém os outros 50%. Por isso é que tem esses nomes. Embora eu não saiba, porque não acompanho isto em termos executivos e não tenho conhecimento, penso que cada uma destas alíneas seja um projeto específico.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas se analisar o ponto 2, a Pojuca S.A., verá que ela inclui tudo, incluindo o Tivoli Ecoresidences da Praia do

Forte, que é uma zona turística forte da Baía; a Agência Receptivo Praia do Forte, e outras, e, depois, tem a zona agrícola.

Seria capaz de nos dar uma ideia de qual é o estado atual — e mudei de agulha — destes ativos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A Pojuca foi comprada quando comprámos o empreendimento Praia do Forte, porque a Pojuca era a dona de todo o empreendimento Praia do Forte.

Este empreendimento Praia do Forte tinha também uma agência, a Receptivo, que pertencia a um senhor alemão. Por isso, quando comprámos aquele projeto, comprou-se a Pojuca SA. Depois, a três, a Agriways SA, já é outra sociedade que nada tem a ver com a Pojuca, é uma sociedade agrícola.

O que se passa neste momento é que estamos em fase de venda dos hotéis e a Pojuca será vendida juntamente com os hotéis Tivoli. A Pojuca é detentora de tudo o que está na Praia do Forte e, por isso, quando vendermos os hotéis Tivoli, esta será também vendida juntamente.

O Sr. **José Magalhães (PS)**: — Isto está também sob o controlo das autoridades do Luxemburgo? Quero dizer, o processo de alienação.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim.

Quanto ao processo de alienação, fizemos um prospeto no início do verão, trabalhado com o Banco de Investimento, em que obtivemos cerca de 12 propostas. Tivemos o interesse de vários para a venda dos Tivoli mas, na fase final, passaram quatro finalistas.

Entretanto, como a Rioforte submeteu a gestão controlada em julho de 2014, tivemos de parar o processo. O processo só foi retomado agora, em outubro, novembro; era importante haver uma definição rápida da

venda dos Tivoli e, neste momento, quem tem a decisão são os liquidatários da Rioforte.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Portanto, os pequenos credores estão numa situação diferente dos grandes credores, designadamente daqueles que têm capacidade de litigar no Luxemburgo e no Brasil?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei. Isto entra tudo, e, quando forem vendidos os hotéis, faz parte do «bolo» conjunto, penso eu.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Seria capaz de fazer um exercício similar aplicado aos ativos sedeados em Portugal?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Em que sentido?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Eu vou facilitar, se o Sr. Presidente me autorizar.

Há um documento, que não juntei mas está na *Internet* e é acessível, que diz respeito à síntese feita pela Rioforte e aos seus potenciais investidores. Aliás, tenho aqui o *press-release*, não tenho o texto integral, mas está na *Internet* o *press-release* da Rioforte Investment SA, com um título promocional: «Rioforte Investment fecha 2003 com subida acentuada do lucro e fortalecimento da sua situação financeira».

Sr. Presidente, peço que este texto seja junto aos nossos documentos, pela simples razão de que revela que as autoridades, isto é, os responsáveis da Rioforte Investment, diziam ao público exatamente o contrário do que a testemunha acabou de dizer aqui. Ou seja, diziam que os resultados consolidados — expressão, aliás, enganosa — revelavam um aumento

muito importante da solidez do balanço da *holding* do Grupo Espírito Santo. E falavam do lucro da Rioforte Investment, um lucro de 11,8 milhões de euros, um resultado financeiro que marcava o quarto ano da sua existência. Não vou fazer, agora, a descrição promocional — e, aliás, não é possível, tornou-se impossível —, mas falava-se do aumento da solidez do balanço e, na verdade, ocultava-se publicamente tudo o que acaba de ser aqui afirmado.

Sr. Doutor, gostava de ouvir o seu comentário e, porventura, alguma autocritica nesta matéria, se possível.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, não estou de acordo com as declarações que fez, neste momento, porque a situação de que estávamos a falar anteriormente era a da ESI.

Em 2013, a Rioforte tinha, realmente, uma situação financeira que tinha melhorado bastante em relação a 2012. Uma coisa importantíssima foram os resultados, porque em 2013 passou a consolidar todo o sector da Espírito Santo Saúde, que foi integrado totalmente na Rioforte, e isso veio dar um EBITA, não me recordo bem, de cerca de 120 milhões de euros, e tinha uma dívida de cerca de 1 bilião ou um bocadinho menos...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — 128,4!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente!

Durante a vida da Rioforte, tivemos um ano de 2011 muito mau; em 2012 fizemos o *break-even* e 2013 foi um ano relativamente bom, dentro das circunstâncias, do EBITA, e por isso víamos um *turnaround*, quer dizer uma volta positiva...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Uma recuperação!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Uma recuperação. Exatamente! Uma recuperação na Rioforte.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, se nos esquecermos do resto, isto é, do buraco financeiro, podemos até abrir uma garrafa de champanhe. Mas isso fica para a segunda volta.

O Sr. **Presidente**: — Mas não abriremos, com certeza, porque estamos aqui para trabalhar...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — A sugestão alcoólica era irónica, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, fica registado que esta sugestão alcoólica por parte do Sr. Deputado José Magalhães era irónica.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostava, naturalmente, de começar por cumprimentar o depoente em nome do CDS-PP e dizer que parece-nos bastante claro, ao longo das diversas audições e do acompanhamento desta questão por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, que as ligações das várias empresas do GES, nomeadamente, da área financeira e não financeira, foram sempre profundas, servindo muitas vezes o BES como nó central de um conglomerado de empresas que gravitavam na esfera de influência da família Espírito Santo.

Aliás, prova disso mesmo são os cargos exercidos, nomeadamente pelo Sr. Doutor, que foi e é membro do conselho de administração da

Rioforte e foi, até abril de 2014, membro do conselho de administração do Grupo BES, tendo apresentado a renúncia ao cargo — e já aqui irei.

Na realidade, em relação a esta minha pequena introdução, há duas perguntas que desde logo desejo colocar. A primeira é: como é que entende o que muitas vezes foram declarações públicas da separação que se procurava fazer entre o GES e o BES?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A Sr.^a Deputada está a falar das declarações públicas agora, deste ano?

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sim, deste ano.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Aliás, isso tem a ver com a minha demissão, em abril, porque o Banco de Portugal definiu que tinha de haver uma separação imediata, em termos de *governance*, do sector financeiro e não financeiro. E todos os que estavam no sector não financeiro saíram; no meu caso, sai da Espírito Santo Financial Group e do BES.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Lá irei, mais em concreto, porque centro essas minhas questões mais em relação às matérias da idoneidade e da própria mudança de *governance* e de quando é que isso se colocou.

Nós estamos interessados, de facto, em apurar toda a verdade desta matéria e, por vezes, desviamos o olhar para um conjunto de questões, seja em momentos temporais, seja em relação aos intervenientes, mas acho que é importante não perder o foco, particularmente naquilo que aconteceu nos últimos meses, desde finais de 2013 até a agosto de 2014.

Por isso, mantendo esse mesmo foco, vou começar por me centrar na ESI. Já lhe fizeram aqui muitas perguntas, mas eu gostaria de voltar a colocar-lhe algumas.

Quando é que soube, de facto, da verdade financeira da ESI? Pode precisar isso no tempo? Isto é, quando é que soube, efetivamente, da verdade financeira da ESI, independentemente de saber que o passivo era alto?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Houve várias alturas importantes na informação da ESI.

A primeira informação veio em dezembro de 2013, já com um resultado preliminar em que tivemos conhecimento do sobre-endividamento. Depois, em fins de janeiro, veio o primeiro relatório da KPMG, referente a setembro de 2013; nessa altura, em fevereiro, tivemos conhecimento dos problemas já existentes em setembro. Mais tarde, depois de abril, no fim de abril, quando veio o relatório final, ou o *draft*, que foi entregue, se não me engano, ao Banco de Portugal em maio, nessa altura reportando a dezembro de 2013.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Portanto, o Sr. Doutor não teve conhecimento destes problemas em setembro de 2013 e são falsas as declarações de Machado da Cruz quando diz que tinha conhecimento desde 2008 da ocultação do passivo que depois se veio a verificar?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sobre a ocultação de passivo, não tinha conhecimento. Obviamente que estava ciente de que havia problemas de endividamento, como já aqui disse várias vezes, mas da sua ocultação não tinha.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Tinha conhecimento de problemas de endividamento mas que estavam devidamente refletidos nas contas que o Sr. Doutor tinha conhecimento.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente!

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Como é que entende que foi resolvido este problema de ocultação das contas da ESI, nomeadamente no que se refere à pessoa de Machado da Cruz?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Como foi...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Eu reformulo.

No que se refere ao afastamento de Machado da Cruz.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Penso que foi uma situação anormal, a de termos as contas que não estavam certas, e houve um afastamento do próprio *commissaire aux comptes*.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Que, depois, não se manteve no Grupo com quaisquer outro tipo de responsabilidades?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desculpe?

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Que, depois, não se manteve no Grupo com quaisquer outro tipo de responsabilidades?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não. Ele ainda ficou, se não me engano, nalgumas empresas, de onde saiu mais tarde, mas não teve mais responsabilidades, se não estou em erro, a partir de abril.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E face à gravidade do que efetivamente ocorreu — estamos a falar do evento que despoletou todo o desenrolar da situação que nos traz aqui à Comissão de Inquérito —, entende que Machado da Cruz não deveria ter sido afastado logo de todas as empresas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Vou dizer-lhe, francamente, que o Dr. Machado da Cruz é uma pessoa que eu conheço e que tinha muita informação.

Ora, um dos problemas que tivemos — que eu tive, porque eu depois inseri-me na recuperação ou no papel da ESI — quando foi decidido criar uma pequena comissão executiva, em março de 2014, quando fizemos o pedido da gestão controlada, foi que tivemos de trabalhar durante três meses com os peritos do Luxemburgo — um era perito contabilístico e o outro advogado — e tivemos muita dificuldade em recolher informação, porque todas as pessoas que estavam a trabalhar nesse projeto não conheciam. Por isso, houve um historial que ficou perdido.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Presumo, portanto, que também Ricardo Salgado não tivesse qualquer conhecimento desse historial. Ou seja, o que me está a dizer é que a informação residia toda em Machado da Cruz?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Ele tratava das contas, por isso sabia muita coisa, e havia muita informação onde se fazia a

contabilidade, que era numa sociedade em Lausanne, a Espírito Santo Services.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, independentemente da questão da ocultação do passivo, gostaria, de facto, de olhar pelo menos para os números a que tivemos acesso da relação dos ativos e dos passivos.

É que, olhando para a relação de ativos/passivos — estou a falar da ESI 2007/2012 —, é possível verificar um aumento gradual, de facto, do passivo total, que foi sempre acompanhado por um aumento gradual, por vezes quase que proporcional, do ativo total.

Será que nos pode ajudar a compreender, apelando, até, à sua experiência no quadro do próprio GES, que o valor dos ativos possa ter, efetivamente, crescido num período de dificuldades económicas e financeiras bastante graves do País e do próprio GES, quando não se verificavam alterações significativas dos ativos do GES que justificassem este aumento inusitado do valor das participações em empresas?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei discorrer, neste momento, com alguma clareza sobre isso, mas o GES não tinha só investimentos em Portugal, tinha investimentos diversificados internacionalmente. Por isso, às vezes, mesmo havendo uma crise em Portugal, pode haver um desenvolvimento noutros países.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito bem. Mas, mesmo assim, em parte, também temos de reconhecer que a dimensão da crise não foi apenas nacional, também foi internacional, e a verdade é que tal verificou-se mesmo a partir de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, neste exato

registo que lhe estou a dar, ou seja, de um acompanhamento dos passivos por parte dos ativos.

Estou a referir-lhe isto porque acho que também é importante fazer este raciocínio com a Rioforte. As contas consolidadas relativas à Rioforte de 2013, revelam, igualmente, um elevado passivo — aliás, bem mais elevado em 2013 do que em 2012.

Começo por perguntar se nos pode explicar o porquê deste aumento.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Acho que vê um aumento do passivo e do ativo da Rioforte, que foi devido, principalmente, à incorporação, se não me engano, da Espírito Santo Saúde.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — E não da transferência? É que, de acordo com notas às contas da Rioforte, parte deste aumento é explicado, em grande medida, por dívidas à ESI, à ES Industrial e à ES Resources, resultantes da compra de várias participações, incluindo as participações na ES Irmãos e ESFG pela Rioforte, a 31 de dezembro de 2013, que deste modo foram transferidas da ESI para a Rioforte.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, houve a operação de compra também da Espírito Santo Financial Group. Não consolidámos, nessa altura, toda a Financial Group, porque a operação foi feita no fim do ano, mas houve uma transferência dos ativos da Espírito Santo Financial Group e, obviamente, havia um crédito sobre a ESI e a ES Resources que foi anulado nessa operação.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, exatamente na mesma linha, vou agora referir-me à questão dos ativos e à forma como estão registados no seu valor contabilístico.

Naturalmente que já percebeu qual a lógica que estou a seguir. Paralelamente à questão que foi levantada da ocultação dos passivos, gostaria agora de apurar a valorização ou sobrevalorização dos ativos face a esses mesmos passivos, de modo a garantir uma eventual solução. Considera que o valor dos ativos acompanhava, de facto, o valor de mercado?

Faço referência até ao que foi exposto no que se refere à compra de participações diretas e indiretas na ESFG e que até foi um objeto de alerta por parte de um dos auditores.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Como sabe a Rioforte era auditada. Sempre foi auditada pela Ernst & Young e, por isso, se houvesse algumas imparidades, elas eram refletidas durante o ano nas contas.

Acho que a Sr.^a Deputada está a referir-se à compra da Espírito Santo Financial Group. Esta compra foi baseada numa avaliação e com a metodologia de duas casas internacionais que fizeram a análise da metodologia dessa avaliação: uma era a Oliver Wyman, e a outra, depois mais tarde, a Ernst & Young. Foi nessa base que a Rioforte comprou a Espírito Santo Financial Group.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mas tem conhecimento desta ressalva? O relatório da auditoria da Ernst & Young às contas de 2013 possui uma ênfase, portanto, uma ressalva, chamando a atenção para a aquisição de uma participação significativa na Espírito Santo Financial Group, financiada através de instrumentos de dívida de curto prazo.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Esse era um dos problemas que tínhamos, sem dúvida. Um dos problemas era que havia um *mismatch* muito grande entre o passivo e os ativos.

Como sabe, os ativos da Rioforte não tinham uma geração de *cash-flow* muito grande; muitos desses ativos são ativos de médio e longo prazo e a nossa dívida era uma dívida muito centrada no curto prazo.

Havia, e há, em atas dos vários conselhos referências à preocupação e à necessidade de mudar o perfil da dívida de curto para médio prazo. Mas essa, sem dúvida, era uma das nossas preocupações.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, de uma forma muito breve, como é que avalia, de facto, a situação do GES, já a 31 de dezembro de 2013?

É porque, a meu ver, era patente a existência de um desequilíbrio significativo entre o valor real dos ativos do GES e o valor reconhecido dos passivos, tanto ao nível da Rioforte como ao nível da ESI, e o montante dos passivos reconhecidos, ou mesmo dos encargos com os financiamentos, dificilmente poderia ser satisfeito pelas receitas do GES, o que indiciava, desde logo, que o GES se encontrava numa situação de insolvência. Ou não entende assim?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Obviamente que a situação, em dezembro, mudou bastante com a situação da ESI. E sobre o valor dos ativos, como já lhe disse antes, eles eram avaliados todos os anos e, depois, eram comentados pelas próprias auditoras da Rioforte.

Em termos dos passivos, obviamente que havia encargos muito grandes, que vinham de trás, e esse era um dos nossos problemas. Tínhamos de congelar ou, de uma certa forma, parar os encargos financeiros, e por isso é que foi feito, nessa altura, um programa de

reestruturação que foi aprovado no dia 7 de janeiro de 2014, onde a Rioforte passava, realmente, para líder do Grupo Espírito Santo e em que previa a venda dos ativos a prazo — nem era a muito prazo, era entre 2014 e 2016 —, de todos os ativos não financeiros.

Desde 2010, quando fizemos a Rioforte, tentámos vender ativos, mas foi muito difícil, devido à crise. Como sabe, para vender um ativo, as negociações levam tempo, há muitas peculiaridades e houve uma fase em que Portugal estava ao desbarato e qualquer investidor vinha cá para ver as oportunidades.

Devo dizer-lhe que a partir de 2014 a situação mudou radicalmente. Melhorou bastante e este ano vimos isso, porque já fizemos praticamente três operações. Fizemos, com sucesso, a operação da ES Saúde; fez-se a operação da venda da ES Viagens, em que era nosso objetivo e conseguimos — já numa situação muito difícil, em que já não tínhamos crédito no mercado, em setembro — preservar os 500 postos de trabalho na Espírito Santo Viagens, e, então, fez-se uma venda em cerca de um mês; agora estamos a vender — já não somos nós, infelizmente, mas os liquidatários — os hotéis.

Por isso, a área não financeira iria desaparecer e íamos concentrar-nos, basicamente, no banco. Era essa a decisão e era essa a génese de todo o programa de reestruturação.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, claramente, algo correu mal, algo efetivamente falhou e, perante a verdade e a gravidade financeira de novembro, impunha-se uma solução e importa perceber o que é que efetivamente falhou.

Vou começar por lhe perguntar que diligências é que foram tomadas e qual foi a sua participação nessas mesmas diligências.

Em concreto, gostaria de ter a sua opinião, isto é, participou da reunião do conselho superior com o Banco de Portugal, a 3 de dezembro, no decurso da qual terá sido apresentado um plano ao Governador? Que impressão é que teve da parte do Banco de Portugal em relação à viabilidade e exequibilidade desse mesmo plano?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Foi das poucas vezes que fui ao Banco de Portugal. Fui ao Banco de Portugal três vezes e essa foi a primeira, no âmbito do conselho superior, para apresentar o plano de desalavancagem, que foi apresentado. Foi lida ao Governador — e estavam presentes também vários vice-governadores e administradores do banco — uma carta do Grupo pelo Dr. Ricardo Salgado sobre o plano de desalavancagem que estava previsto.

O meu sentimento...

Desculpe, qual é que era a sua questão?

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Qual era a recetividade por parte do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O Banco de Portugal não se exprimiu bastante, mas penso que, enfim, não estavam muito contentes com a situação.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — O que diz Ricardo Salgado é que, quando saiu dessa mesma reunião, teve a impressão de que as mesmas iriam ser analisadas com ponderação e que tal foi frustrado imediatamente após, com uma carta do próprio Banco de Portugal em que fez um conjunto de recomendações que iriam, pelos vistos, no sentido contrário ao plano de reestruturação.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Como sabe, estava fora desse âmbito, mas obviamente que eramos informados, porque isto atingia o Grupo todo e realmente houve aqui uma questão de tempo. Aí, não posso concordar mais com o Dr. Ricardo Salgado, o tempo era importante.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mas o Dr. Ricardo Salgado não fala apenas de tempo, vai para além disso.

Se o Sr. Doutor se pudesse pronunciar — porque presumo que tenha conhecimento, até pela importância das medidas — sobre a adequabilidade, a proporcionalidade e a exequibilidade do que foi proposto e indicado pelo Banco de Portugal, agradecia.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A mim não me compete fazer essa análise do Banco de Portugal.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Entretanto, houve uma carta que foi enviada ao Governador e ao Vice-Governador, a 5 de dezembro, onde manifestaram a inexecuibilidade das exigências. Presumo, então, que não participou da redação desta carta?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Em que altura, desculpe?

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — A 5 de dezembro.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, não. Penso que seja uma carta da Financial ou do BES, não sei...

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Aquilo que Ricardo Salgado nos diz é que, a 5 de dezembro de 2013, foi enviada aos Srs. Governador e Vice-Governadores do Banco de Portugal um documento de trabalho preliminar, no qual se manifestou a inexecuibilidade da insistência feita pelo Banco de Portugal, designadamente pela impossibilidade temporal, mas não só. Aliás, refere a questão de que é financeira, técnica e administrativamente inexecuível.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, eles davam — e agora lembro-me bem — até ao fim do ano para reduzir drasticamente um passivo, o que era praticamente impossível.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Só depois, a 10 de dezembro, a ESFG apresentou um plano ao Banco de Portugal através de carta dirigida ao Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal.

Sr. Doutor, vou terminar este grupo de perguntas — obviamente, teremos mais — com uma pergunta muito simples.

Há qui uma troca de correspondência sucessiva com o Banco de Portugal. Face à gravidade do que aqui se passava, face à necessidade de, efetivamente, reduzir a exposição que, na altura, era grande, era comum, ou entende que é comum, perante todo este cenário, proceder-se a uma espécie de braço de ferro negocial entre o Grupo e o Banco de Portugal?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não posso comentar porque não tinha contacto com o Banco de Portugal e não era eu o responsável.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Mas esteve presente na primeira reunião?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Estive presente na primeira reunião como membro do conselho superior do Grupo, onde foi dado o conhecimento de um primeiro plano e do compromisso do Grupo em fazer algo de importante.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Doutor, isso significa, portanto, que apenas ia acompanhar Ricardo Salgado e não tinha qualquer outro tipo de estatuto nessa reunião, para além desse mesmo acompanhamento. Certo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu ia como membro do Conselho Superior.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo.

De cada vez que aqui vamos ouvindo mais responsáveis pelo Banco — pelo Banco, isto é, pelo Grupo e pelas diversas componentes —, e pelo Banco de Portugal também, vamos compreendendo que andámos todos a pagar a alavancagem da economia, e, na verdade, se até tivéssemos ido aos sítios concretos, até podíamos ter conseguido desalavancá-la sem fazer com que os portugueses pagassem tanto. Isto porque, só neste Banco e entre as empresas do seu próprio Grupo, havia atribuição de crédito em casa própria de largos milhares de milhões de euros; aí está a alavancagem da economia que todos pagámos e que afinal só servia a alguns.

Pegando naquilo que já foi dito e também na sua intervenção inicial, gostava de colocar algumas questões concretas.

Daquilo que compreendi — em 2009 foi criada a Rioforte —, em 2001 estaria na Espírito Santo Resources.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Em 2001 estava na Espírito Santo Resources.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Confirma que, em 2001, a Espírito Santo Resources terá dito à PwC — através de uma colaboração que, na altura, até foi identificada como rara, porque as outras empresas do Grupo não a fizeram — que teria perdas acumuladas do seu exercício de 1000 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Nunca tive contacto com a PwC, nessa altura; eram os nossos especialistas financeiros.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, mas a Espírito Santo Resources — não terá necessariamente de ter sido o seu Presidente a dizê-lo —, nessa altura, tinha perdas acumuladas de 1000 milhões de euros?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, não sei, para lhe ser sincero, não sei o montante. Não posso confirmar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, já começamos a ficar habituados, aqui, nesta Comissão, a que os responsáveis pelas empresas não saibam das contas das empresas. Isso vai sucedendo... Cada um interpretará essas palavras como entender.

De qualquer forma, nessa altura, para o contextualizar, a Espírito Santo Resources — e não vemos por que motivo mentiria à PwC, sendo que era uma auditora externa contratada — teria, então, 1000 milhões de euros de perdas acumuladas e o BES já teria uma exposição de 800 milhões só à Espírito Santo Resources.

O que lhe pergunto é: relativamente a este financiamento à Espírito Santo Resources, um dos grandes clientes do BES certamente, como é que era feita a avaliação de risco dessa empresa?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Compete ao Banco Espírito Santo fazer a avaliação do risco e isso não lhe posso...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas sendo a empresa que pedia crédito, certamente que tem conhecimento de quais eram os procedimentos levados a cabo para aprovar, ou não, o crédito a essa empresa?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não conheço quais eram os procedimentos dentro do Banco.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quer dizer que pedia, dizia «olhe, dê-me aí 10 000 milhões», e eles vinham e não lhe pediam nada em troca?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não. Vamos lá ver: toda a área financeira, mesmo da Resources, era tratada pelas pessoas competentes da área financeira, e eu nunca me envolvi em diálogo com os bancos. Nunca fiz nenhuma negociação em termos de empréstimos, e isso tudo, com nenhum banco.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas estamos a falar, por exemplo, que nesta altura, em 2000, a ESR teria 800 milhões de euros de dívida ao BES. Não lhe perguntei se lidou diretamente com o Banco Espírito Santo na obtenção desse crédito — o que também é difícil de acreditar, isto é, que pelo menos não tenha dado uma palavrinha — mas, sim, como é que se processava este endividamento.

Uma empresa que, só nela, concentra 800 milhões de créditos de um Banco que é do mesmo Grupo representa um risco para esse Grupo, independentemente das contas dessa empresa, que até podia ser muito saudável. Aquilo que lhe pergunto é: estando do lado de quem contrai crédito, nessa altura, segundo percebemos, qual era o procedimento comum para obter esse crédito?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei responder a essa pergunta, porque não era eu quem fazia essa análise.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, ao longo deste tempo todo, não tem conhecimento de nenhum acompanhamento específico por parte do Banco de Portugal aos grandes riscos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Havia do Banco de Portugal... os grandes riscos era acompanhado pela nossa equipa técnica sempre; todos os anos tínhamos uma equipa técnica que acompanhava os grandes riscos relativamente ao Banco Espírito Santo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Peço desculpa, a ESR tinha uma equipa técnica que acompanhava os grandes riscos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O Grupo! A nível do Grupo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Grupo BES?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, dentro do próprio Grupo Espírito Santo havia uma equipa técnica que acompanhava a exposição do Grupo ao BES.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A exposição do BES ao Grupo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, quem tinha uma equipa que acompanhava os grandes riscos era o BES, então?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Vamos lá ver: o GES tinha que controlar e tínhamos uma equipa técnica que acompanhava os limites que eram impostos pelo Banco de Portugal — que eu sei — e que via as várias empresas. Quer dizer, o Grupo não tinha só a Espírito Santo Resources, tinha uma data de empresas e, por isso, era preciso ter um acompanhamento trimestral, penso, de toda essa evolução.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E, então, presumo, essa empresa produzia informação para consumo interno, ou, melhor, esse departamento de acompanhamento aos grandes riscos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — O Banco de Portugal relacionava-se convosco no sentido de obter os vossos dados, os dados que esse grupo de trabalho recolhia sobre os grandes riscos?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não sei se obtinha ou não. Penso que o Banco de Portugal chamava os nossos técnicos para reuniões.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Tem conhecimento que o Banco de Portugal desde há mais de 10 anos que anda a dizer ao BES para reduzir a sua exposição às empresas do Grupo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Do que sei, da informação que tenho, é que podia haver alturas em que os limites podiam ser relativamente excedidos, ou não, mas estavam dentro dos limites dos grandes riscos e era sempre essa a grande preocupação.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Partindo do princípio que as empresas que representam grandes riscos não falsificam as contas, isso, geralmente, até pode ser considerado uma resposta, mas quando se começa a falsificar contas...

Aquilo que pergunto é o seguinte: esse departamento que fazia o acompanhamento dos grandes riscos e que, provavelmente, defenderia as empresas dos seus próprios problemas, nunca identificou problemas nas empresas que auditava internamente? Nunca percebeu que a Espírito Santo Resources tinha perdas acumuladas em 1000 milhões de euros e, mais adiante, não veio a perceber que a ESI tinha um passivo absolutamente astronómico, que as contas eram manipuladas desde 2008? Nunca houve essa perceção?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, Sr. Deputado. Não!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quanto ao Banco de Portugal, desde o início da década de 2000, ter iniciado um processo de solicitação ao Banco para que diminuísse a sua exposição a este Grupo especificamente, nomeadamente à Espírito Santo Resources, também não conhece nenhuma reposta que o Banco tenha vindo a dar a essa solicitação?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, isso não conheço. Não era da minha competência.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Nem conhece nenhuma insistência do Banco de Portugal? O Banco de Portugal, pelos vistos, também nunca insistiu muito, fez sempre uma espécie de... isto é, foi aconselhando o BES.

Pergunto-lhe se subscreveu o protocolo apresentado por José Maria Ricciardi a 29 de outubro.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Subscrevi.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Ainda há pouco nos tinha dito que nunca havia sido questionada a palavra de Ricardo Salgado, nem a sua capacidade à frente do Banco...

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Quer dizer, não sei... o que disse há bocado é que nós... isso tem a ver, se calhar, com a

ligação ao protocolo. Isso tem a ver com a altura do nosso conselho superior...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, o meu tempo está a contar, mas eu não estou a falar.

O Sr. **Presidente**: — Já desconto.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu subscrevi o protocolo que foi liderado pelo Dr. José Maria Ricciardi, em outubro de 2013, e, depois, na reunião do conselho superior, de 7 de novembro, demos o apoio ao Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Certo. Mas há pouco, na sua intervenção inicial, tinha-nos dito que nunca foi posta em causa a capacidade de Ricardo Salgado e, no entanto, subscreve um documento que é bastante crítico da gestão de Ricardo Salgado, ou, melhor, da gestão do Banco e em que acusa, como peça central, Ricardo Salgado.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Quer dizer, a posição do Dr. Ricardo Salgado, até à data, nunca tinha sido posta em causa. Durante todos os anos que estive no Grupo, o Dr. Ricardo Salgado foi sempre o líder do Grupo e eu nunca pus em causa a sua competência, a sua liderança e a sua gestão. Tínhamos plena confiança no Dr. Ricardo Salgado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, as várias questões que levanta neste protocolo que subscreve — tornando-se, assim, parte igual na

responsabilidade pelo seu conteúdo — foram todas esclarecidas? Refiro-me às questões que foram aqui identificadas.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Muitas dessas questões foram levantadas e foram discutidas.

Aliás, isto tem uma evolução. Praticamente, essas questões foram discutidas com os novos membros do conselho superior do Grupo Espírito Santo quando houve a entrada, em 2011, de mais quatro membros. Obviamente que com a entrada de novos membros muda-se sempre a dinâmica e no verão, mais propriamente em setembro, outubro de 2013, o Dr. José Maria Ricciardi teve várias conversas, várias reuniões, comigo e com outros membros do conselho superior e passou-nos alguma informação que não conhecíamos e foi o líder em subscrever esse protocolo.

Esse protocolo foi assinado, se não me engano, no fim de outubro; depois, até foi pedido para ser guardado e eu fui o fiel depositário desse protocolo. Em 7 de novembro, há uma reunião do conselho superior em que o Dr. Ricardo Salgado — penso que tinha informação que havia um protocolo ou uma carta de destituição, que não era o caso, era mais uma carta a perguntar e a pedir mudança de *governance* — pediu, no fim dessa reunião, onde muitos dos temas que estão aí, praticamente a sua maioria, foram discutidos, um voto de confiança.

Esse voto de confiança foi dado por todos, com duas condições. Houve duas condicionantes. A primeira condicionante foi que houvesse de imediato o processo de início de sucessão no BES e no Grupo também, de uma certa forma; e a segunda era que se iniciasse, também de imediato, um novo modelo de governo para o Grupo. Isso foi acordado por todos; quando foi posto a votação todos acordaram à exceção do Dr. José Maria, que disse que gostaria de pensar.

Depois, infelizmente, no dia seguinte, saíram muitas notícias nos jornais que foram negativas para o Dr. José Maria e esse foi um fim de semana bastante atribulado. E um dos nossos objetivos era acalmar os ânimos porque, dentro do grupo, de uma forma ou de outra, podemos discutir tudo mas, depois, temos de chegar a um consenso e era esse o objetivo.

Nesse fim de semana houve muitas conversas. No próprio domingo, telefonei ao Dr. Ricardo Salgado, perguntei-lhe se estaria disposto a falar com o Dr. José Maria e ele disse que sim. Nessa noite, fui a casa do Dr. José Maria, tive uma grande conversa com ele, mas eu tinha conhecimento também que no dia seguinte, na segunda-feira, iria haver um processo de destituição do Dr. José Maria no conselho de administração do BES. Na manhã de segunda-feira, falei com o presidente do Grupo e comuniquei-lhe o conhecimento da possível destituição e que seria bom haver um conselho superior prévio ao conselho do BES.

O presidente do Grupo convocou um conselho superior onde, então, o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Maria chegaram a um acordo. Como tal, tudo isso foi ultrapassado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Já agora, se nos pudesse explicar exatamente quais foram os esclarecimentos dados por Ricardo Salgado para fazer com que os vários membros da família tivessem sentido que este protocolo estava ultrapassado, agradecia, pois julgo que era importante termos conhecimento dos exatos termos em que vos foi explicada cada uma destas questões.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Basicamente, foi uma discussão aberta sobre os vários temas. Eu diria que foi a primeira vez que tivemos uma discussão bastante aberta e franca sobre temas que

estavam a incomodar os membros do conselho superior e houve uns a quem o Dr. Ricardo esclareceu. Eu diria que, praticamente na maioria, houve um esclarecimento...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu gostava também de ser esclarecido!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — De quais são?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Eu também gostava de ser esclarecido, precisamente nos mesmos termos em que o senhor se sentiu esclarecido. Posso dizer-lhe quais são os tópicos.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu sei quais são os tópicos, lembro-me de alguns de cor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Foi o depositário deste protocolo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu fui depositário do protocolo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Se foi fiel ou não, se calhar a opinião é divergente, mas foi depositário.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Um dos temas foi o próprio BESA, do Banco de Angola, em que o próprio Dr. Ricardo disse, se não me engano, que tinha errado na escolha, realmente, nessa altura, e que tinha cometido um erro, tal como todos nós cometemos erros na nossa vida.

Depois, havia uma questão sobre o depósito de venda da Escom, o qual, mais tarde, vim a ver que tinha sido depositado na Espírito Santo Resources — se, depois, foi para algum sítio ou não, isso não tenho conhecimento. Depois, havia a questão dos 14 milhões, que ele explicou ter sido por aquilo que ele já explicou publicamente e por isso não me vou alargar. Basicamente, foram esses os grandes temas discutidos nessa reunião.

Sr. Deputado, nessa altura, que era uma altura crítica para nós, o importante era a união do grupo, de uma certa forma.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sim, nota-se! Se os esclarecimentos que nos deu foram satisfatórios para si, naquela altura, nota-se que o principal objetivo não era, certamente, esclarecê-los! Isto porque eu fiquei exatamente na mesma e presumo que tenham ficado, também, exatamente na mesma.

Na altura, fazem um protocolo com alguma gravidade, digamos assim, acusam esses temas e um outro, que não tem menos importância até porque não se percebe muito bem a que se refere, que é o da passividade e complacência face a colaboradores do Grupo cuja atividade essencial se caracteriza pela intermediação e negócios com o conseqüente pagamento de comissões, nunca integralmente divulgadas, e cuja ação e desempenho tem contribuído para a deterioração da imagem externa do Grupo.

Portanto, muito provavelmente já há aqui alguma alusão aos esquemas circulares de financiamento, emissões e compra de dívida própria. Sobre isto também nos quer, já agora, dizer alguma?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, não tenho muito mais a acrescentar, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, Ricardo Salgado admitiu o erro de ter mantido em funções Álvaro Sobrinho frente ao BESA, um erro que veio a custar milhares de milhões de euros, e isso satisfê-lo; que da Escom, provavelmente, iria ser depositada qualquer coisa na Rioforte, e isso satisfê-lo; que o Zé Guilherme terá pago 14 milhões a Ricardo Salgado a título de uma amizade imperscrutável, e isso também o satisfez. E todos os que assinaram este protocolo ficaram, então, satisfeitos.

Estou só a fazer este ponto de situação para nós percebermos como é que funcionava o maior grupo económico do País, isto é, funcionava atrás de uma cortina onde uma família combina e decide sobre praticamente os destinos de uma boa parte da economia nacional.

Quando, na sua intervenção, diz que assim que foram detetados os problemas na ESI — e eu não tenho tempo para lhe explicar o que pensamos sobre a questão da ESI, mas adiante teremos ainda oportunidade para isso — Ricardo Salgado não hesitou em trazer soluções para o Grupo, gostava de perguntar-lhe quais foram, exatamente, as soluções que foram apresentadas no momento em que o Grupo teve a perceção, pelo menos no seu conjunto, da ocultação do passivo da ESI.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O momento foi em dezembro de 2013. Foi quando fomos ao Banco de Portugal.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não é o momento, é quais foram as soluções concretas apresentadas por Ricardo Salgado.

Disse-nos que lhe reconheceu também autoridade porque, no momento em que se sentiram as dificuldades, ele trouxe as soluções. Quais eram?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Basicamente, nessa altura, ele mobilizou uma equipa para ajudar a fazer o plano de reestruturação. A partir daí, essa equipa funcionou só no plano de reestruturação do problema da ESI e para encontrar uma solução.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Portanto, é uma solução ao estilo do Governo português: há um grande problema, faz-se um grupo de trabalho e ficamos todos satisfeitos! Foi isso que foi feito?! Foi isso que foi feito com a ESI?!

Portanto, é descoberta uma ocultação de passivo que põe em causa a capacidade da ESI fazer o pagamento das prestações do crédito que tinha contraído e entra em *default*. Ricardo Salgado apresenta soluções — estou a usar as suas palavras —, sendo que a solução foi criar um grupo de trabalho para estudar o problema da ESI e isso tranquilizou os membros do conselho de administração. Estou correto?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, por exemplo, eu não tinha capacidade técnica para fazer uma reestruturação, nem de longe, de uma situação destas. Há pessoas, que trabalham no grupo, que são excelentes técnicos e foi por isso que eu, em 2005, decidi afastar-me do executivo do Grupo, porque senti a necessidade de profissionalizar e de ter técnicos ao mais alto nível dentro do Grupo.

Nessa altura, ele recorreu a técnicos. Muitas das operações, para mim, eram um pouco quase como chinês, porque eu não sou um financeiro. Mas apoiei, porque estávamos todos preocupados e queríamos uma solução. Ele teve, como sempre, o seu dinamismo, bem ou mal. Se a solução foi boa ou má, hoje em dia já sabemos, mas aquela altura era uma altura difícil!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Agradeço, Sr. Presidente, a sua tolerância e vou terminar.

Aparece, em algumas atas do conselho de administração, a referência à necessidade de contactar membros do Governo, a necessidade de o Governo assumir, de as autoridades portuguesas de governo, bem como do Banco de Portugal, assumirem um compromisso com a estabilidade do Banco.

Pergunto, em primeiro lugar, se é natural que esse tipo de conversas surja num conselho de administração, ou seja, encomendar chancela pública de governo, e, em segundo lugar, se tem conhecimento dos problemas e das dúvidas que foram levantadas em torno do conforto que alguns membros do Governo, e também o Presidente da República, deram à opinião pública em torno da solidez do BES e qual o efeito que uma declaração de conforto desse tipo gera nos mercados, na opinião de uma pessoa que lida com eles.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Em relação a reuniões com membros do Governo, nunca tive reuniões com membros do Governo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não me referi a reuniões com membros do Governo, referi-me a reuniões no conselho de administração em que são invocados nomes ou cargos da República e a necessidade de fazer essas abordagens e obter essas declarações.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Penso que era mais no sentido de conhecimento da situação do Grupo.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, repito a pergunta porque acho que não foi compreendida.

O que pergunto é se era comum — algumas, nós já conhecemos — falar-se do envolvimento ou da necessidade, por parte do Grupo, de ter opiniões veiculadas para o público por membros do Governo.

Há mesmo uma altura em que se diz: «para que este aumento de capital seja um sucesso, é muito importante que o Governo (não só o Banco de Portugal mas também o Governo) assuma uma posição pública, dizendo que o Banco está sólido». Isto aparece numa ata e pergunto-lhe se isto era comum.

Pergunto-lhe ainda, mesmo perante dúvidas sobre a estabilidade do Banco, que efeito tem junto dos mercados uma declaração de um membro do Governo ou de um Presidente da República, satisfazendo este anseio do conselho de administração.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu nunca assisti, num conselho de administração, a mencionarem membros do Governo, principalmente quando eu era não executivo no BES! Nunca!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos ainda oportunidade para pedir mais esclarecimentos sobre perguntas que, eventualmente, considerem não respondidas mas, antes, faremos uma pequena pausa de 5 minutos.

Pausa.

Srs. Deputados, recomeçamos com a segunda ronda, pelo que dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Manuel Fernando, já aqui foi referida, há pouco, uma ata do conselho superior que

refere um relatório de reestruturação da ES Resources. Este relatório pede uma maior profissionalização nesta *holding* mas diz mais, diz que ela é mal gerida e está perto da falência técnica. E nessa altura era presidente do conselho executivo desta empresa.

Gostava de perguntar se confirma que os problemas financeiros da ES Resources já vinham de muito antes da crise financeira e se, de facto, esta empresa, ou esta *holding*, estava perto da falência técnica e porquê. Gostava ainda de saber se tem em sua posse essa avaliação e esse plano de reestruturação que foi feito na altura e que é referido nesta ata.

A minha segunda questão diz respeito à ES Resources mas já depois de 2006. Já nos últimos anos, em 2011, 2012 e 2013, aparecem estes 1300 milhões de dívida, de que já aqui falámos, mas que continuo sem perceber quem é que, eternamente, assinava as decisões da ES Resources. Como é que a ES Resources se pode endividar em 1300 milhões de euros junto da ESI, que é uma contraparte, que faz parte do Grupo, é uma exposição ao Grupo, e, depois, investir este dinheiro na Eurofin? Ou seja, quem é que assinava isto? Tem de haver alguém dentro da empresa que assine isto ou, então, há uma cláusula que diz que qualquer pessoa do Grupo Espírito Santo pode assinar.

Seja como for, tem de haver qualquer registo legal estatutário destas decisões que foram tomadas. É muito difícil acreditar que ninguém as viu e que foi Ricardo Salgado que, através da ESI, decidiu que a ES Resources ia investir dinheiro na Eurofin. Alguém tomou uma decisão dentro da ES Resources e eu gostava de saber quem é que a tomou, porque esta exposição de 1300 milhões de euros à Eurofin é, para uma empresa como a ES Resources, que tinha como ativos cerca de 2000 milhões de euros, muito. É muito!... Triplica a quantidade de ativos que estavam sob a gestão da ES Resources e não percebemos quem é que assina essas operações.

A minha segunda questão, à semelhança de uma pergunta que já aqui foi feita sobre a Rioforte, é quantas ES Resources é que existiam.

Já vi uma no Luxemburgo, há uma em Portugal e acho que já vi uma no Panamá e gostaria que me confirmasse se existe ou não mais do que uma ES Resources, quantas são, onde é que estão sediadas, se deixaram de existir ou passaram a existir.

Já agora, poderia explicar-me porque é que algures na década de 2000 — não sei precisar o ano — a ES Resources do Luxemburgo passa de uma sociedade anónima para uma sociedade de responsabilidade limitada. Isto, à luz da lei do Luxemburgo, não será bem assim, mas faz uma mudança de registo legal. Porque é que isto acontece? Na altura, isso é referido numa reunião do conselho superior e não percebemos muito bem porquê.

A terceira questão diz respeito à Rioforte. O próprio Dr. Ricardo Salgado disse aqui que, no ano de 2014, a Rioforte não tinha imparidades nem grandes problemas de dívida, mas o certo é que acaba o ano muito endividada, com elevadas imparidades e com o capital próprio a negativo. Como é que isto acontece em 2014? Como é que a Rioforte se endivida desta maneira e ninguém dá por isso?! Isto é, ou não, de facto, uma violação de uma determinação do Banco de Portugal? Como é que isto passa pela frente dos olhos de toda a gente, inclusive do *chairman* da Rioforte?

A quarta pergunta: já aqui nos disse e admitiu que recebeu uma compensação, uma retribuição extraordinária, ou seja o que for, pelo negócio dos submarinos e também já percebemos que isso não é normal. A Escom era uma empresa detida por uma empresa de uma empresa do Grupo Espírito Santo e não era normal o conselho superior receber diretamente por negócios que qualquer uma dessas empresas fizesse — parece-me — nem há notícia de essa ser prática muito comum.

Então, a minha pergunta é: através de quem é que recebeu esse montante? É que não é uma quantia pequena e imagino que uma pessoa se lembre quando recebe 1 milhão de euros na sua conta! De onde é que ele veio? Foi depositado onde? Em que conta? Veio do BESA? Tem notícias de, alguma vez, ter ouvido falar de uma coisa chamada «Akoya Asset Management»? De onde é que vem este dinheiro? Quem é que o paga? Quem é que decide o seu pagamento através de que conta e onde é que ele chega? É que, se não conhecer intermediários, pelo menos conhecerá, imagino, quem é que está a pagar, quem é a pessoa que faz o pagamento, qual é a conta de onde sai o dinheiro e qual é a conta onde entra o dinheiro, porque é a sua conta. Portanto, estou a tentar perceber qual foi o circuito desta transação.

Última pergunta: também já aqui foi referido, mas não ficámos com uma ideia muito clara, que cada ramo familiar tem representação na ES Control através de uma *holding*, normalmente sediada num *offshore*, surpreendentemente.

Gostaria de saber qual era o nome da *holding* que detinha as ações do seu ramo familiar no Grupo Espírito Santo e, já agora, que identificasse as restantes *holdings* que detinham a propriedade da ES Control associadas a que ramo familiar.

Queria dar-lhe o nome destas empresas, que não tenho aqui, mas posso ir buscar, se for necessário, mas penso que saberá e não é necessário estar eu a dizer-lhe eu quais são as *holdings* detentoras das ações do Grupo do qual é acionista.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A primeira pergunta que a Sr.^a Deputada fez era sobre os problemas do relatório da reestruturação da Espírito Santo Resources, em 2006.

Confirmo que houve um relatório da Espírito Santo Resources, em 2006, que foi apresentado ao conselho superior e que refere a reestruturação a ser implementada no seio da Espírito Santo Resources.

Não sei se pretende...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A minha pergunta é se confirmava que a Resources estava com graves problemas financeiros em 2006 e se isso motivou a reestruturação, porque, segundo sabemos, o relatório refere que estava em risco de falência técnica.

A segunda pergunta é se tem consigo esse relatório e, já agora, se tivesse, se pode fazê-lo chegar à Comissão.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Se se dizia isso no relatório é porque havia realmente um problema financeiro, nessa altura, e por isso é que foi feita a reestruturação para resolver esse problema.

Tenho esse relatório na minha posse, mas não o tenho aqui comigo.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, poderá, por favor, fazer chegar à Comissão esse relatório?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Com certeza.

Quanto à segunda pergunta sobre quem é que na Espírito Santo Resources assinou o endividamento de 1,3 biliões e quem é que tomou esta posição, não sei como é que foram feitos estes movimentos — aliás, já tínhamos falado nisso —, não sei se foram feitos na Resources ou na ESI,

mas, como já disse, havia a direção financeira que se ocupou disso e eu não sei dizer, sinceramente, quem é que fez esses movimentos.

Sobre a sua questão de saber quantas Espírito Santos Resources existiam, quero dizer-lhe que existiam duas ou três: havia a Espírito Santo Resources Limited, a principal, que detinha os ativos não financeiros do Grupo; havia a Espírito Santo Resources Portugal, onde está todo o corpo técnico, administrativo e financeiro, que, basicamente, fazia a gestão, administração e fiscalização das várias sociedades *holdings* do Grupo e também de outras áreas operacionais; e, depois, havia uma terceira, a Espírito Santo Resources Limited, do Luxemburgo.

Esta passagem, que vem mencionada no conselho superior, foi a que deu origem à Rioforte, ou seja, uma Espírito Santo Resources, não sei se a SA, deu origem à Rioforte. Por isso, basicamente, mudou-se a Espírito Santo Resources e passou a ser Rioforte.

Sobre se a Rioforte não ter imparidades...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Peço-lhe um segundo.

A terceira Espírito Santo Resources...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, não desvirtue a natureza da...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, só estou a garantir que as perguntas têm resposta, porque senão...

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sobre como é que se endividou a Rioforte, posso dizer que, em 2013, a Rioforte tinha um

passivo que, como já expliquei aqui há pouco, subiu devido, principalmente, à integração da Saúde.

Depois, com a compra da Espírito Santo Financial Group, houve um aumento do endividamento, porque isso teve de ser pago à empresa-mãe, à ESI — aliás, desde setembro até maio houve uma redução substancial do endividamento da ESI, de 6 para 3,7 biliões, porque ela vendeu a sua participação na Espírito Santo Financial Group e a Rioforte teve de contrair um empréstimo para comprar parte da posição da Espírito Santo Financial Group.

Depois havia, também, o plano de reestruturação, de que já aqui ouvi falar, previa, eventualmente a prazo, a fusão ou o desaparecimento da ESI e, por isso, esse desaparecimento da ESI passava também por uma altura em que a Rioforte ia assumir um pico de dívida e esse pico de dívida era entre maio e junho de 2014.

Subsequentemente, iria haver um aumento de capital, como consta em todas as atas do conselho de administração da Rioforte, e esse processo é que origina, de certo modo, o aumento do endividamento da Rioforte.

Sobre os submarinos: através de quem é que recebeu...

Sobre a blindagem do Banco de Portugal, eu não sei, mas penso que não.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, ainda pretende algum esclarecimento?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, está um pouco de ruído na sala e eu não percebi a última resposta, peço desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Não se importa de repetir, Sr. Doutor?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Qual? A da Rioforte?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A dos submarinos...

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desculpe, Sr.^a Deputada, mas não entendi...

O Sr. **Presidente**: — Dos submarinos ou da Rioforte?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A resposta à minha questão sobre a Rioforte foi dada.

Penso que, agora, o Sr. Doutor estava a referir-se a de onde é que recebeu o dinheiro que veio da Escom e a remuneração ao conselho superior.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu ia responder exatamente às perguntas: através de quem é que recebeu? De onde é que veio? E se conheço a Akoya Asset Management?

Veio, através de uma sociedade no seio da Escom, para uma conta minha que estava sediada na Suíça, declarada. Sobre se conheço a Akoya Asset Management, ouvi falar depois na empresa, mas não conheço, nunca tive relações com a Akoya Asset Management.

Sobre o ramo familiar, Espírito Santo Control e representação, o nome da sociedade que é representativa do meu ramo familiar chamava-se Veldant e estava sediada no Luxemburgo; depois, sobre as outras, eu, agora, lembro-me de algumas, sei que há uma Raimul, outra a Penaforte, mas isso pertencia aos outros e não me compete a mim estar a divulgar sobre as outras sociedades.

O Sr. **Presidente**: — Mas, Sr. Doutor, não compete a si, por que razão?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Quer dizer, não me compete, porque penso que isso deve ser perguntado aos acionistas dessas sociedades.

O Sr. **Presidente**: — Mas isso porque o Sr. Doutor não é acionista de nenhuma dessas outras sociedades?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, eu não sou acionista de nenhuma dessas sociedades.

E quando houve o aumento de capital, em 2014, foi a primeira vez que fiquei acionista da Espírito Santo Control, através de uma sociedade, porque subscrevi 3 milhões de euros no aumento de capital.

O Sr. **Presidente**: — E é por não ser acionista que não tem conhecimento e por isso não responde?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Quer dizer, eu conheço as participações dos outros acionistas, mais ou menos, mas não quero induzir em erro o nome das sociedades neste momento, porque eu sei que umas têm um nome... Por exemplo, a sociedade dos meus familiares mais próximos chama-se Raimul — e hoje à tarde o Dr. José Manuel pode esclarecer isso —, depois há a Penaforte e, agora, não me lembro das outras.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Quintus, Rospine e a ALR.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua dispõe ainda de algum tempo para pedir esclarecimentos muito breves.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, apenas para pedir três esclarecimentos muito breves.

Para além daquela de que é acionista é representante das ações da acionista do Grupo, que é a sua mãe, e, portanto, queria perguntar que sociedade é essa que representava.

Em segundo lugar, falou em duas ou três Resources e, como só referiu duas, a minha pergunta é se há ou não a terceira e se ela tem ou não sede no Panamá, porque fiquei sem essa informação.

A terceira nota é a seguinte: disse que o pagamento da Escom veio através de uma sociedade e eu gostava de saber o nome da sociedade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A sociedade de que a minha mãe era beneficiária chama-se Veldant e está sediada no Luxemburgo.

Sobre as três Resources, há a Resources das Bahamas, havia a Resources do Luxemburgo... No Panamá, não tenho bem a certeza, porque já foi há bastante tempo, Sr.^a Deputada, e não me lembro.

Sobre de onde veio a verba do mundo Escom, não me lembro, para dizer a verdade.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Pedro Saraiva.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Sr. Doutor, penso que há uma questão muito pertinente que os portugueses colocam e que é a seguinte: para onde foi o dinheiro? Ou, no caso de esses portugueses serem clientes, acionistas ou depositantes do BES, para onde foi o meu dinheiro?

Como o senhor é das poucas pessoas que tem um pé no ramo financeiro e outro pé no ramo não financeiro estará numa posição privilegiada para fazer esse retrato.

Alguns balanços preliminares, acho que, já nos permitem descobrir para onde é que foi o dinheiro: eu diria que para a área não financeira terão ido 4800 milhões de euros; para o BESA 3150; e para operações não canónicas de julho 1500 milhões de euros, o que perfaz 9500 milhões de euros, ou seja, mais de um quarto dos depósitos existentes no BES. Gostava que me confirmasse se esta é uma aproximação razoável à forma como a área financeira apoiou a área não financeira do Grupo.

A segunda questão prende-se justamente com a natureza dos conglomerados mistos. Parece resultar claro, até pela circunstância de o Grupo ter decidido vender todos os ativos não financeiros — que não é grande ideia e eu gostava de saber qual é a sua opinião sobre a matéria.

Tipicamente quando contestamos conglomerados mistos é por haver conflitos de interesses... Naturalmente, um gestor da área não financeira vai buscar dinheiro à área financeira, mas o que nos disse aqui hoje, enquanto responsável máximo pela área financeira, é um bocadinho singular desse ponto de vista, porque o que nos disse foi que, basicamente, o senhor era o *chairman*, mas punham e tiravam dinheiro da sua área não financeira sem o senhor saber de nada, e nós estamos a falar de operações de tesouraria corrente.

Portanto, pergunto-lhe: como *chairman*, como é possível a PT pôr 900 milhões de euros na Rioforte e o senhor não saber de nada? Ou a Rioforte fazer um empréstimo e aplicar 800 milhões de euros na Eurofin e

o senhor também não saber de nada?!... De facto, é um modelo de governo estranho quando o *chairman* não toma responsabilidades em negócios desta dimensão e eu gostava de o ouvir sobre esta matéria.

Sendo *chairman* da Rioforte também não se percebe como é que não lutou até à exaustão para evitar a contaminação. A Rioforte não estaria especialmente mal, então, por que é não defendeu convictamente a Rioforte, pois se havia que resolver um problema ele estaria na ESI e não na Rioforte?

Portanto, gostava de saber se o tentou fazer ou não, porque se não cai-se nesta contradição: por um lado, diz que, em 2013, até houve um *turnaround* — eu traduzo, reviravolta, isto para responder ao apelo para usarmos a nossa própria língua — e, por outro, depois, a empresa vai à falência em 2014. Então, para que servem *turnaround* deste tipo se, depois, pela natureza das cumplicidades com outras áreas do Grupo, o resultado final acaba por ser este?

Dentro deste segundo grupo de questões, a última que quero colocar é a seguinte: acabou por nos dizer que, depois de todo o esforço de separar a área financeira da área não financeira, acaba por ser a Rioforte a comprar partes da Espírito Santo Financial Group, o que é absolutamente contraditório para quem queria separar as duas áreas do Grupo.

Portanto, peço-lhe que nos explique por que é que houve este evidente retrocesso nesta matéria.

Quando se diz que não há tempo, a verdade é que o diagnóstico está todo feito num relatório da PwC de 2001, ou seja, houve todo o tempo do mundo para o Grupo resolver os seus problemas, pelo que gostava que nos explicasse por que é que não houve capacidade dentro do Grupo para resolver coisas que estavam perfeitamente identificadas de há muito tempo.

A última questão que quero colocar-lhe é quase de moral da história. Tendo acompanhado a atividade do Grupo de há bastante tempo, estando

na posição privilegiada de quem acompanha a área não financeira, ainda que estando também por dentro da área financeira, como é que é possível que um Grupo com esta dimensão possa implodir, possa, no que respeita ao BES, destruir 50% do seu valor contabilístico em três meses? O que é que está por trás disto? Aliás, por trás disto estão, seguramente, muitas decisões, manifestamente algumas decisões são ruinosas, noutros casos mesmo possivelmente irregulares, mas, no fundo, o que os portugueses perguntam é: quem é que decidiu o quê? Porque, aparentemente, há muita gente que passa por aqui, mas só sabe uma parte do que é preciso saber. Portanto, afinal de contas: quem foram os decisores disto tudo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, sobre a primeira pergunta de para onde foi o dinheiro, está a falar do dinheiro que foi da ESI...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Estou a falar do dinheiro que, de forma direta ou indireta, foi transferido para a área não financeira pela circunstância de haver uma área financeira no Grupo.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Mas a área não financeira foi acumulando, obviamente, prejuízos ao longo de muitos anos e houve alturas em que tentámos com esses planos de reestruturação ir vendendo ativos, mas nem todo o dinheiro que saiu do Banco foi para a área não financeira...

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Mas eu disse-lhe que para a área não financeira foram 4800 milhões...

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu sei...

O Sr. **Presidente**: — Não vamos desvirtuar a natureza desta inquirição.

O Sr. Doutor vai respondendo e, depois, no fim, se o Sr. Deputado pretender colocar mais algum esclarecimento, dar-lhe-ei a palavra.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Com certeza.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — O que ia para a área não financeira era aquilo que nos podíamos financiar dentro dos limites, dos grandes limites, que nos eram impostos pelo Banco de Portugal.

Para o BESA sei que foram, mas, como não faço parte do BESA nem estou na comissão executiva do Banco, não posso pronunciar-me sobre esse assunto.

Sobre os conglomerados mistos e os conflitos de interesses essa é uma realidade, hoje em dia. Para quem tem um pé numa área financeira e tem outro nas áreas não financeiras deve haver uma separação muito nítida nessas duas áreas, e foi isso que o Banco de Portugal nos impôs e que toda a nova regulação europeia está a impor.

Sobre os 900 milhões da PT, perguntou se eu não tive responsabilidades. Eu soube nessa altura... A Rioforte funcionava com uma comissão executiva, que tinha um CFO e os seus assistentes e eles, basicamente, quando havia necessidade de emitir dívida, contactavam os vários bancos e os bancos é que colocavam a dívida, sendo que, muitas vezes ou a maior parte das vezes, nem sabíamos quem era o cliente final. No caso da PT soubemos que a PT, que já tinha colocado dívida no Grupo desde há muitos anos, em março ou abril, devido à situação financeira da

ESI, decidiu fazer uma reaplicação na Rioforte dos tais quase 900 milhões e era suposto essa reaplicação ser a um ano renovável a cada três meses.

Sobre a Eurofin eu só vim a saber das operações, quando nos foi dado, no fim de dezembro de 2013, o relatório da KPMG e quando me debrucei com a equipa técnica sobre os problemas da ESI para dar toda a informação aos peritos do Luxemburgo. Aí, sim, fizemos uma análise muito detalhada e tivemos de ir buscar toda a informação.

Perguntou ainda o Sr. Deputado por que é que não lutei até à exaustão para salvar a Rioforte, *turnaround* e falência. Realmente, eu, aí, pus o chapéu do Grupo e acreditei, sinceramente, que a Rioforte era a solução para salvar o Grupo.

Quando nos foi apresentado, no dia 7 de janeiro, o plano de reestruturação a Rioforte passou para cabeça do Grupo, porquê? Por várias razões: primeiro, porque a Rioforte tinha contas consolidadas e auditadas, era uma empresa relativamente jovem, limpa, em termos de *governance* tinha tudo o que era necessário e porque o nosso plano de reestruturação previa, logo no início, um aumento de capital por VMOC (Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis) na Rioforte — que não foi possível devido a problemas com as autoridades do Luxemburgo e pelo tipo de instrumentos.

Então, nós acreditámos! Eu acreditei, embora a Rioforte, que foi sempre do sector não financeiro, passasse a ser uma coisa diferente, passasse a liderar um sector financeiro com cerca de 4000 milhões de ativos no seu balanço. Portanto, havia o plano, em que nós acreditámos, e no fim far-se-ia com o aumento de capital. Por isso, eu acreditei nesse plano.

Sobre a sobreposição da área financeira à área não financeira, realmente, sempre houve, toda a vida, uma separação no Grupo, porque a ESI era a empresa de topo que tinha duas cabeças, uma na área financeira e

outra não financeira, mas devido ao problema da ESI é que a solução foi trazer a Rioforte para ser a empresa cabeça do Grupo para resolver e para sustentar o plano de reestruturação do Grupo.

Sobre o relatório de 2001 da PwC, eu não o vi, mas, como eu disse, houve necessidade e por isso é que, em 2006, fizemos um plano de reestruturação na Resources. Durante esse tempo alguns problemas foram-se acumulando e a realidade é essa: certas vezes, o Grupo foi feito com pouco capital e esta é a génese do problema do Grupo. Ao fim e ao cabo, como todos sabem, podem fazer-se negócios em que se vai só com algum financiamento, mas depois vão-se desvalorizando os ativos, vai-se vendendo e nós fizemos alguns negócios que correram bem e outros que correram mal e disso posso dar-lhe alguns exemplos, mas o acumular disto foi mais negativo do que positivo, infelizmente.

Sobre a implosão do BES não me compete a mim fazer essa análise, não só porque não estive dentro desse assunto, como também, não sendo eu financeiro, não tenho competências para fazer essa análise.

O Sr. **Pedro Saraiva** (PSD): — Quero apenas pedir-lhe uma clarificação: cingindo-se, de facto, às funções que tem na vertente não financeira, gostaria, no fundo, que fundamentasse ou não a exposição da área financeira à área não financeira do Grupo que se traduzia em 4800 milhões de euros, a 30 de junho de 2014, o que corresponde a mais de 10% dos depósitos existentes no BES e a uma quadruplicação de uma exposição direta do BES à Rioforte no segundo trimestre de 2014.

Pergunto: isto não é contrariar a blindagem que o Banco de Portugal vinha impondo ao Grupo de há muito tempo a esta parte?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sim, a blindagem dizia, expressamente, que a área financeira não podia financiar a área não financeira.

Se foi esse o caso, obviamente que há aqui um... Eu não posso pronunciar-me, porque eu não sei quais são os passivos que estão dentro da área financeira que estão subjacentes à área não financeira, mas...

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, quero dar uma segunda oportunidade à testemunha para causar uma boa impressão, porque é uma testemunha difícil. Não está em territórios minados, mas recebe os benefícios resultantes da atividade de outros, que não conhece, nos territórios minados, designadamente as comissões — e já lá voltaremos; onde confessa que está não vê, não ouve e quando fala não diz!...

Sr. Presidente, quase estaria tentado a dispensar perguntas e passar a outra via não fosse dever haver um limite, que é o de não nos tomar por crédulos, que, apesar de tudo, é um adjetivo *soft*, porque a ideia de que é preciso que morra um leopardo para que tudo fique na pele de ovelha é uma ideia interessante, mas, tenha paciência, não é exequível.

Aquilo que o senhor acabou de dizer sobre o plano de reestruturação da Rioforte, que falhou, porque as autoridades do Luxemburgo conheciam problemas e estavam alertadas — aliás, estiveram alertadas a partir do momento em que o Dr. Castro Caldas, por exemplo, andou a escarafunchar a situação e descobriu alguns pedregulhos, embora isso tenha acabado em acordo... Temos de assumir que o *chairman* não podia ignorar essa situação.

Assim, eu gostava de pedir um comentário sobre este documento — que me permito entregar-lhe, se o Sr. Presidente autorizar — que foi transmitido à Comissão em anexo a uma carta do Dr. Ricciardi e que atesta um ato praticado por um grupo de advogados — que, aliás, na sequência, pediu a demissão, já no ano de 2014 —, junto do contabilista mor, Sr. Machado da Cruz e que comentasse a resposta à pergunta 23, na qual se diz que a testemunha tinha conhecimento das operações de maquilhagem das contas, e era um dos referidos, sendo outro o Sr. Castella e o outro o RESS, isto é: Ricardo Espírito Santo Salgado, e à pergunta 24 onde se alude ao facto do papel da ESI ter sido colocado pelo BES e pelo Banque Privée Espírito Santo e de se querer saber se as pessoas que lançaram essas emissões estavam ao corrente do buraco, designadamente da perda de 1300 milhões corresponder a uma depreciação dos ativos não financeiros.

Portanto, o comentário que lhe peço é a esta depreciação dos ativos financeiros que não podia ser desconhecida do *chairman*! Ou, então, o *chairman* não tem qualquer função no Grupo e poderia ser substituído com vantagem por um personagem mais barato, apesar de tudo, isto em relação aos limites à paciência e à credulidade!

O ponto número dois diz respeito à PT. A vampirização da tesouraria da PT é uma péssima ideia, mas também não pode ser desconhecida do *chairman* e primeiro beneficiário, por assim dizer, em termos de gestão, da medida.

Gostaria só de lhe dar a segunda oportunidade, neste caso, de nos dar uma versão exata e verdadeira do processo de construção da operação «sugueiros investimentos», dinheiro da PT para equilibrar as contas da Rioforte!

Terceiro aspeto: o *turnaround*. Distribui aquele documento sobre o Brasil, porque os senhores têm a sistemática mania de confundir a Rioforte ocultando ativos, isto é, ocultando a importância dos ativos no exterior e

notei que a testemunha também não aludiu aos ativos em Portugal. No entanto, o tal documento síntese, que é um documento muito simples, propagandístico, com o balanço de 2013, que voltou a dizer aqui que foi um ano da glória seguido de um ano de estoiro, o que não acontece em economia... Quer dizer, não há estorno nenhum que não tenha uma cadeia de causas, ou seja, não é possível... Claro, eu sei, pode haver uma apoplexia! A pessoa está ótima e subitamente morreu! Ok, isso pode acontecer!

Mas na vida das empresas não é bem assim! As coisas vão-se criando, há um *build up*!... Até que se chega à tempestade perfeita. No caso, a tempestade perfeita da Rioforte! Ora, a tempestade perfeita da Rioforte não nasceu em 2014!... Mais ainda: em 2014 já estava topada! Topada pelos credores, topada pelos membros ou associados, aliados do Grupo PQP, Pedro Queirós Pereira, estava sob o olho das autoridades, também era conhecida do ETRICC, também era conhecida das auditorias, também era conhecida do Banco de Portugal e do Governo, de onde o vosso pedido — *help*! — dirigido pelo Dr. Salgado no momento que sabemos e que a testemunha sabe melhor do que toda a gente, nesta sala pelo menos, em princípio, foi...

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de obter a verdade sobre a saúde da Rioforte em 2013, que não está naquele comunicado, e, já agora, gostaria que a testemunha nos dissesse, também, a verdade, coisa que não fez até à data, sobre as comissões dos submarinos. Recorda-se de o Dr. Salgado ter dito que o processo sobre corrupção podia vir a ser arquivado? A que propósito é que assinou uma carta e qual era esse papel dessa carta em 2013, sobre um evento ocorrido em 2004? E como é que recebe uma comissão sobre um negócio em que não participou — se não participou? O que, aliás, é estranho, porque o GES tinha 67% da Escom, à data da compra dos submarinos, e foi por isso que foi decidida a tal comissão aos membros

não do conselho de administração, mas aos membros do Grupo Espírito Santo.

Portanto, o seu depoimento, nesta matéria, não é consistente, nem corresponde aos documentos que nós temos sobre essa matéria, nem aos que estão no Ministério Público, que nós saibamos, graças ao inquérito dos submarinos... E, já agora, quem é o sexto homem? Aliás, esta é uma pergunta inevitável! Se não a fizesse ficava gago!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça o favor de responder.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — A primeira questão que o Sr. Deputado perguntou é sobre este documento que me entregou dos advogados.

Este documento foi realmente feito pelos advogados do Arendt, no Luxemburgo, após conversa que tiveram com o Dr. Francisco Machado da Cruz e em que ele fez algumas afirmações e que na questão 23 refere que o Dr. Ricardo Espírito Santo sabia, que o Dr. Manuel Fernando Espírito Santo tinha uma ideia e que o Sr. Machado da Cruz... Eu já disse aqui e no meu depoimento, mas repito, que eu não tinha conhecimento das contas que tinham sido alteradas; tive conhecimento em 2013.

Sobre a colocação do papel da ESI junto do BES e do Banque Privée Espírito Santo, não me cabe, a mim, comentar isso, porque, para já, não sou financeiro, não estou na área financeira, e nem sequer tinha algum contacto com a colocação deste papel.

Também gostaria de esclarecer o Sr. Deputado, dizendo-lhe que eu não sou presidente da ESI! Eu sou só presidente da Rioforte; é que o Sr. Deputado referiu que eu era *chairman* da ESI.

Também me perguntou por que é que o plano de reestruturação falhou! Não foi essa a sua pergunta...?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não foi bem; foi sobre a PT!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sobre a vandalização à PT.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, vampirização da PT!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Olhe, eu, desde 2001/2002, sei que a PT fazia colocações em papel do Grupo, mas não tinha nenhum contacto com a PT, nunca tive, aliás toda a colocação do papel de todas as entidades, seja da ESI, da Rioforte, era sempre feita através de intermediários financeiros e eram estes que colocavam a dívida da Rioforte.

Por isso, o meu único contacto com a PT foi quando eles nos pediram o pagamento em julho e nós dissemos-lhe que não conseguíamos pagar. E foi nessa altura que eu fui à PT, como presidente do conselho de administração da Rioforte, falar com dois administradores e tivemos uma ou duas reuniões. Foi, de facto, o meu único contacto com a PT.

Quanto ao *turnaround*, Sr. Deputado, isso tem a ver...

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sobre o falso *turnaround*!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, eu não diria que seja falso, porque ele é real, porque as contas eram auditadas, consolidadas e a razão para os resultados da Rioforte serem positivos em 11 milhões e com o EBITA de quase 128, foi devido, principalmente, à integração da Espírito Santo Saúde no perímetro de consolidação da Rioforte e à melhoria substancial de alguns dos nossos negócios na

América do Sul, principalmente da área agrícola, e com a venda, também, da participação do Paraguai aos alemães. Por isso, os resultados provêm, principalmente, dessas duas razões!

Sobre os submarinos, já disse aqui que aquilo foi uma retribuição única; para nós não foi comissão, foi uma retribuição a nível do conselho superior do Grupo.

A carta de 2013, de que fala, foi dirigida aos vários membros do conselho superior, nomeadamente aos novos membros do conselho superior, onde se falava da necessidade de coesão do Grupo e desta operação, ou seja, que o conselho superior tinha recebido uma retribuição, a título especial, em 2004/2005, mas que tinha sido a única e que não haveria mais, porque o conselho superior não auferia nenhum tipo de remuneração.

Em relação ao sexto homem, não sei quem era o sexto homem!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, necessita de mais algum esclarecimento?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Queria só dizer que não vou fazer uma recarga, como fez o Sr. Deputado Pedro Saraiva, mas gostava de assinalar que a testemunha não esclarece inteiramente a confusão da Rioforte com os seus heterónimos, o que dificulta muito a análise, mas em relação à questão de saber quem foram os intermediários financeiros, também não esclarece a Comissão, e eu não percebo porquê...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não está a fazer o relatório, pois não?!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Nem vai tirar conclusões! Isso é no fim!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Só gostava que a testemunha ainda pudesse colmatar essas lacunas, que, julgo, são deliberadas, porque em relação à questão dos submarinos, que é a última, não se percebe, a declaração, pura e simplesmente! Eu não consigo percebê-la face aos dados que temos!

Os documentos provam que a testemunha chama retribuição especial a uma coisa que não é distribuída a título de dividendos, nem de comissão, nem de coisa nenhuma...! Não a declarou ao fisco! E, em 2013 escrevem uma carta ao conselho?! Não percebo! É a carta que o Dr. Salgado queria juntar ao processo para facilitar o seu arquivamento, não é?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, quer fazer algum comentário sobre esta matéria?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Ou foi enganado sobre essa matéria?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, essa carta foi escrita aos novos membros quando, mais tarde, aderem ao conselho superior em que explica exatamente o título dessa remuneração, referindo que foi uma remuneração extraordinária em termos do conselho superior, porque o conselho superior não auferे nenhum tipo de remuneração.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Sr. Presidente, nós vamos requerer a cópia dessa carta. Será que não a tem, ou ainda a tem consigo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Aqui comigo?

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Mas tem na sua posse a carta?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Tenho de ver!

O Sr. **Presidente**: — Então, fica assim consignado que o Sr. Deputado requer mais um documento.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Isso é muito importante!

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou agora focar-me, aliás, como já tinha dito na minha primeira intervenção, nas questões, essencialmente, de idoneidade e de mudança de *governance*.

Sr. Doutor, aquando do conhecimento da verdade financeira da ESI, a pergunta que tenho de lhe fazer imediatamente é: teve conhecimento de algum processo de reavaliação da idoneidade de membros de órgãos de administração por parte do Banco de Portugal?

A questão da idoneidade, tanto quanto nos tem sido possível apurar, começou, desde logo, por ser suscitada e por gerar alguma preocupação e atenção, primeiro, aquando das regularizações fiscais e, enfim, devido a todo o mediatismo que foi gerado em torno das mesmas, tendo em conta, particularmente, os montantes e o facto de haver sucessivos recursos às mesmas, e, depois, quando se noticiou a liberalidade de 14 milhões paga pelo construtor José Guilherme a Ricardo Salgado.

A primeira pergunta que lhe deixo — e pergunto-lhe isto porque já houve alguém que nesta Comissão nos deu uma noção temporal — é a seguinte: quando é que o Sr. Doutor soube? Isso levantou-lhe alguma dúvida? Como é que isso lhe foi explicado, se é que lhe foi explicado ou se é que pediu explicações? E pergunto-lhe, ainda, se entende normal uma liberalidade, ou uma comissão, deste montante? Isto é, se 14 milhões é proporcional ao vocábulo liberalidade? E, alguma vez, recebeu alguma comissão ou liberalidade — e nem preciso de ir tão longe nos 14 milhões de José Guilherme ou de outrem — no exercício das suas funções?

Já aqui mencionou a questão do protocolo, na sequência de perguntas que lhe foram feitas, o tal dito documento protocolo de 29 de outubro de 2013, elaborado por Ricciardi e subscrito por si — e há uma certa gravidade naquilo que consta desse protocolo —, que refere alertas dos auditores sobre a derrapagem financeira das contas da instituição bancária suscetíveis de determinar no futuro imediato o incumprimento de rácios de capital.

Mas fala também, e na verdade é uma espécie de uma pré moção de censura, das dúvidas em relação à liderança executiva do Grupo, sendo que prevalecia a centralização do exercício de poder.

As perguntas que lhe deixo são simples. Pode explicar-nos que derrapagens são estas? Pode voltar a explicar-nos o que é que efetivamente aconteceu?

Disse-nos que tinha sido fiel depositário do documento, mas eu presumo que, para além de fiel depositário do documento, também lhe foi cometida a tarefa de fiel transmissor do mesmo — julgo eu!, presumo eu! — com momento temporal definido ou sem momento temporal definido?

Tendo em conta que só se conheceu esse documento passado um ano, julgo que em junho de 2014, e que só depois foi transmitido ao Banco de Portugal, não terá havido uma sobrevalorização ou até, talvez, um

excesso de zelo do seu estatuto de fiel depositário, que, depois — e esta é também uma pergunta que deixo — foi acompanhado de uma espécie de segredo ao nível do conselho superior, ou não?

Eu acho que estas questões, uma vez que lidam com interesses que têm e que merecem acompanhamento no quadro do conselho superior, deveriam ter sido discutidas e por isso pergunto-lhe: isto foi discutido? É que entre 3 e 7 de novembro passamos de um estado de quase que pré-censura para um voto de confiança e eu — perdoe-me, Sr. Doutor — tenho alguma dificuldade em acompanhar essa situação. Eu percebo perfeitamente a necessidade de apaziguar ânimos, de garantir a tradição de unanimidade do conselho face, obviamente, aos interesses que estavam subjacentes, face ao facto de ser uma família, de garantir a harmonia da família, mas parece-me, efetivamente, estranho.

Está aqui em causa o magistério de influência de Ricardo Salgado, que me parece, de facto, notável, uma vez que Ricardo Salgado, se é que lhe foram colocadas todas as críticas que foram discutidas na reunião de dia 3, vos explicava e, de alguma forma, sanava todas as dúvidas e todas as críticas que existiram, e é a esta questão que lhe peço um comentário.

Sr. Doutor, vou ter de fazer uma outra pergunta, perante aquilo que me parece ser uma evidência do respeito institucional que todos tinham para com Ricardo Salgado, para saber se, no exercício dos seus cargos, alguma vez assinou de cruz alguma ata que lhe tenha sido dada para assinar ou algum papel que lhe tenha sido dado para assinar, sem que tivesse procedidos, de facto, à sua leitura atenta?

Em matéria de avaliação de idoneidade — e só para terminar —, temos aqui ouvido falar muito da questão da pressão e da persuasão moral que terá seguido a questão do Banco de Portugal. Como é que avalia a atuação do Banco de Portugal? Criou esta dita persuasão moral ou pressão moral e instabilidade?

Houve aqui, claramente uma avaliação de risco, por parte do Sr. Governador, uma avaliação de risco que é a realidade de qualquer decisor, com uma maior valorização ou subvalorização, dependendo das perspetivas, da manutenção de Ricardo Salgado à frente do Grupo.

Mas outra coisa completamente diferente e que nós temos de ter em atenção é a atuação subsequente do Banco de Portugal e os efeitos que essa atuação teve, nomeadamente com as recomendações, com as diretrizes que enviou e com a exequibilidade ou não da mesma, para os destinos do Grupo. Pergunto-lhe, então, se o Sr. Doutor sentiu esta persuasão moral quando procedeu à renúncia do seu cargo.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, faça o favor de responder.

O Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo: — Sobre a idoneidade e a mudança de *governance* está a referir-se ao Banco Espírito Santo e ao Sr. Doutor Ricardo Salgado.

Eu não acompanhava esse processo, como pode calcular, porque esse era um processo que era dirigido diretamente entre o Banco de Portugal e o Dr. Ricardo Salgado. No entanto, numa reunião em março/abril ele, o Dr. Ricardo Salgado, falou-nos, a mim e a outro membro, de uma carta que já previa que iria haver uma mudança futura no *governance* do Banco. Mas é tudo o que sei! Agora, as conversas entre um e outro não conheço.

Quanto ao montante do José Guilherme, não, não acho normal! E quanto à sua questão sobre se alguma vez eu recebi algum montante desses, digo-lhe que não. Não recebi nenhum montante desses; nem nenhum, aliás!

Pedimos explicações no tal conselho de 7 de novembro em que esse assunto foi amplamente discutido e nos foi dito que tinha sido por razões de assessoria, por ter levado para Angola, e isso tudo... Obviamente, que ficámos esclarecidos, e foi isso basicamente.

Quanto à questão do alerta dos auditores sobre a liderança, esse era um tema que era do conhecimento do Dr. José Maria, porque ele é que tinha a relação com os auditores KPMG. Obviamente que eu não lidava, nem nunca lidei com a KPMG, porque não era do meu âmbito; o meu âmbito, como era não executivo e não financeiro, também não lidava com os auditores da Ernst & Young, que eram os auditores da Rioforte. Agora, esse alerta vem das conversas do Dr. José Maria, presumo, com os auditores.

Como disse, eu fui fiel depositário do documento e o documento tinha, como já expliquei aqui anteriormente, as razões, o que é que aconteceu, a evolução toda nesse fim-de-semana e a razão que ultrapassou, de uma certa forma, esse documento na segunda-feira, dia 11, data em que o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Maria fazem um acordo entre ambos.

Um dos temas importantes neste documento é que, este documento, só era distribuído com o acordo de todos os subscritores. Isto é, não era distribuído sem o prévio acordo de qualquer um dos outros subscritores! Por isso, tinha de haver um pacto e todos os subscritores tinham de estar de acordo na distribuição deste documento.

Então, o documento apareceu, depois, no meio disto tudo, mas devo dizer-lhe sinceramente que, depois, o documento ficou esquecido! E ficou esquecido, porque a seguir a todo este processo, já tinha havido um pacto entre o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. José Maria, por isso nunca mais se falou no documento.

Mais tarde houve outro documento, mas já em junho, onde alguns membros do conselho superior dão apoio ao Dr. José Maria, mas esse documento não tem nada a ver com este.

Sobre o que aconteceu ao documento, posso dizer-lhe que houve uma censura e, como eu disse, o documento nunca foi apresentado. Nesse próprio conselho superior foram discutidos temas que nunca tinham sido

discutidos e foram todos esses ou, praticamente, todos, os que estavam no documento.

Foi decidido por todos, à exceção do Dr. José Maria, dar a confiança ao Dr. Salgado, nas duas condições que eu já referi aqui: começar imediatamente o processo de sucessão; e mudar o modelo de *governance* do grupo. Por isso, isso foi, não diria unânime, mas... E isso foi por uma simples razão, porque nós achámos que o Dr. Ricardo Salgado, que era o conhecedor de tesouraria central do Grupo, era ele o mais indicado para poder reestruturar e ajudar na reestruturação do Grupo.

Quanto à sua questão de saber se eu alguma vez assinei de cruz, posso dizer-lhe que assinei muitos documentos na base da confiança.

Como é que avalio o Banco de Portugal? Sobre isso eu não posso fazer comentários, porque não estou envolvido com o Banco de Portugal, Sr.^a Deputada.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Teresa Anjinho, mais algum esclarecimento?

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Sr. Presidente, gostava só de esclarecer um aspeto.

Portanto, isso significa que José Maria Ricciardi tinha perfeita noção de onde estava este dito protocolo, que estava na sua posse, e que o mesmo só poderia chegar ao seu destinatário, ou seja, a Ricardo Salgado, com o acordo de todos e, portanto, estaria de acordo que tal não chegasse à posse de Ricardo Salgado porque, naturalmente tinham chegado a um entendimento no dia 11.

É assim?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente. O documento foi assinado, se não me engano, no dia 29 de outubro e o conselho superior foi no dia 7, por isso houve, digamos, uma semana entre a assinatura do documento e o conselho superior, por isso nunca houve... O documento, para já, não foi pedido e se tivesse sido pedido tinha que ter tido o acordo de todos para ser divulgado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Manuel Fernando Espírito Santo, voltando ao protocolo, há uma assinatura, torna-se depositário desse documento, segundo o seu autor, tê-lo-á escondido num cofre e nunca mais lhe terá dado nota desse documento, isso para nós é pouco relevante, mas queria perguntar-lhe em que termos exatos — e há pouco tentei esclarecer isso — é que considerou que a questão da manutenção do administrador do BESA foi esclarecida.

Em que termos exatos é que nos pode dizer se foi ou não esclarecido? Aliás, agora mesmo acabou de dizer que não se sentiu esclarecido, em resposta à Sr.^a Deputada Teresa Anjinho, sobre a prenda, entre aspas, de José Guilherme a Ricardo Salgado.

Já agora, sobre a Escom, abrindo um parêntesis, pergunto-lhe: declarou ou pagou imposto sobre o milhão que recebeu ou que terá recebido enquanto representante do seu ramo da família? Se o declarou que tipologia de rendimento lhe atribuiu ainda que sendo prenda tem de ser submetido a imposto, porque tem de pagar imposto, e é preciso nós termos conhecimento de qual foi a categoria de rendimento em que o inseriu ou se o declarou como doação. É que, já agora, ou não pagou imposto ou, se pagou, sabe exatamente em que termos o pagou.

Sobre o conflito com Pedro Queirós Pereira, também ainda não houve nenhuma novidade.

Sobre a atividade, entre aspas, de os colaboradores do Banco em mediação de negócios também não adiantou grande coisa.

Portanto, disse que se sentiu esclarecido quanto ao protocolo que escreveu e que, portanto, Ricardo Salgado, terá lá chegado a uma reunião e terá satisfeito as dúvidas dos vários subscritores, mas quando olhamos para cada um dos pontos não houve satisfações em nenhum deles.

E, portanto, o que lhe pergunto é muito simples: qual é que foi a contrapartida com que Ricardo Salgado conseguiu a desistência deste protocolo, isto porque, pelos vistos, não foi com explicações. Não foi com explicações nem terá sido, certamente, com retórica, porque não queremos crer que se deixem convencer tão facilmente quem está habituado a só se convencer por milhões.

Gostava ainda de lhe perguntar a que é que correspondia, tanto quanto possa saber, a dívida das componentes não financeiras, nomeadamente da ESI, mas a dívida que, pelos vistos, em 2013 a Rioforte teve um ano extraordinário de lucros. Ali também o balão de oxigénio dos «Vistos Gold» terá ajudado, mas antes disso havia perdas na Espírito Santo Resources e que, certamente, se iam acumulando, provavelmente até passando para a ESI... Como é que um Grupo que se financia a custos quase zero, consegue levar-se à falência a si próprio!? Quer dizer, como é que consegue acumular um passivo daquela ordem, na ESI?

E gostava de lhe perguntar se, tanto quanto sabe, alguma vez os créditos da ESI ou da Rioforte foram abatidos ao ativo do Banco ou, se alguma vez, estiveram próximo de *default* e terá havido renegociação da dívida da ESI, ou da Rioforte, ou da Espírito Santo Resources? Isto é, se de algumas destas — ESI, Rioforte e Espírito Santo Resources — alguma vez houve alarme, um *trigger*, uma chamada de alerta, pela eventual

possibilidade de entrar em incapacidade de cumprimento? Houve renegociação da dívida? Em que termos foi essa renegociação?

Sobre os conglomerados mistos, acho que se há seis meses o PCP tivesse vindo aqui, à Assembleia da República, falar da necessidade de disciplinar os conglomerados mistos o PSD e o CDS atiravam-se ao ar...! Ai, ai... não podemos intervir nos mercados! Mas agora que deu o buraco que deu já, certamente, terão de pensar na necessidade de disciplinar ou mesmo de impedir a constituição de conglomerados mistos.

Gostava de fazer ainda uma pergunta, que é, enfim, um pouco contra factual, mas para percebermos como é que funcionou todo este processo. Se a ESI não tivesse entrado no processo de falência, ou seja, uma empresa falida com um banco que está sucessivamente a emprestar dinheiro a essa empresa falida, porque é dos mesmos acionistas do próprio Banco... Portanto, emprestam dinheiro a si próprios e, depois, também se não pagarem... Enfim, quem paga são as pessoas que lá puseram o dinheiro... Portanto, andaram a viver muito acima das vossas possibilidades e até acima das possibilidades de todas as pessoas que tinham o dinheiro no banco.

Mas o que pergunto é se a ESI não tivesse apresentado os resultados que apresentou, alguma vez este problema teria surgido? Isto é, alguma vez, estaríamos, hoje, a tentar perceber o que se passou no BES? Ou seja, o esquema está ou não está montado há muitas décadas? Há ou não há alertas desde há muitas décadas e, afinal, o problema não foi a fraude de autofinanciamento mas, sim, o facto de uma das empresas, onde o autofinanciamento se acumulava, ter ocultado as contas?

Pergunto-lhe: acha que se a ESI não tivesse apresentado aqueles resultados o Banco hoje continuaria com as mesmas práticas e será que teria havido alguma intervenção?

Termino com a seguinte pergunta: o Sr. Doutor fez algum acompanhamento, direto ou indireto, do processo de contactos entre o Banco de Portugal e o Banco no âmbito dos nomes para a sucessão, para a substituição da anterior administração? Pergunto-lhe, ainda, se tem conhecimento dos *timings* e dos critérios invocados pelo Banco de Portugal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Tiago.
Sr. Doutor, faça favor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, a sua primeira pergunta era sobre o protocolo e os termos exatos do administrador do BESA, se não me engano. Não era?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Não. Eu não lhe peço que detalhe nenhuma das componentes do protocolo, porque já fizemos isso anteriormente.

O que lhe pergunto é se para cada uma delas, as respostas que aqui nos disse o satisfizeram — e são não respostas —, então qual foi a contrapartida, porque se se satisfez com não respostas... O que é que o levou a satisfazer-se?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não houve contrapartida. Basicamente, nessa altura, a grande motivação e importância era a estabilidade do Grupo.

Obviamente que havia um descontentamento, por isso fizemos o protocolo, e queríamos uma mudança, mas, por outro lado, a mudança tinha

de ser gradual. Era no que acreditávamos, que tinha de ser gradual mas que tinha de se implementar.

E, depois, pode acreditar, esse foi o primeiro conselho onde discutimos abertamente muitas questões que não tínhamos discutido anteriormente, porque também nunca tinham surgido, e onde optámos por dar a confiança ao Dr. Ricardo Salgado, porque houve receio de fazer um corte radical, nessa altura, e haver um descalabro do Grupo, que, infelizmente, veio a dar-se mais tarde.

Nessa altura era o que pensávamos. Hoje, se me pergunta, se calhar, é fácil dizer, não é?... Já disse isso aqui várias vezes...

Quanto à questão sobre se paguei imposto sobre o rendimento, o RERT, a resposta é: paguei, sim! Paguei o imposto sobre um milhão.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quando declara para efeitos de impostos um valor, seja ele qual for...

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Isso foi em 2004 ou 2005, pelo que tenho de ir ver.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Quando declara um valor tem de nos dizer, exatamente, qual foi a categoria em que incluiu esse milhão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Doutor não se recorda, mas pode dar-nos documentação?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Com certeza!

O Sr. Deputado, em seguida, falou do PQP e do conflito, mas eu não percebi se era uma questão...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Esses eram os tópicos do protocolo, portanto, estava apenas a referi-los.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Está bem!

Quanto à questão de saber se, alguma vez, os créditos da Rioforte ou da ESI foram abatidos ou renegociados no BES, nunca houve um *right-off* no BES aos créditos do Grupo. Aliás, essa era uma das coisas principais, porque o BES era o ativo principal do Grupo, daí a decisão do Grupo em reduzir-se à sua expressão inicial, que era o sector financeiro, e ter só uma participação no BES devido aos conflitos que havia com a área não financeira. Mas nunca houve nenhum abatimento em relação à dívida do BES, que eu saiba, da Espírito Santo Resources ou da Rioforte.

Que possa haver renegociações em termos de renovações ou taxas de juros, isso é outra coisa, porque isso é normal nos mercados.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas só para esclarecer uma dúvida.

Quando nos diz isso, o Sr. Doutor inclui até ao último relatório e contas de 2013? Portanto, tanto quanto saiba, nunca houve um crédito do GES abatido ao ativo do BES?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, peço que coloque as dúvidas no fim da resposta do Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Sr. Deputado, que eu tenha conhecimento, não! Que eu tenha conhecimento.

Quanto à questão que me colocou sobre se a ESI e a Rioforte estiveram perto de *default*, digo-lhe que sim estiveram; a primeira a ter o *default* foi a ESI, no verão, a 19 de junho de 2014. E foi nessa altura,

consoante a lei luxemburguesa, que estipula que depois do primeiro *default* a sociedade, ou o conselho de administração, tem a responsabilidade de num mês fazer o *filing* no Luxemburgo sobre essa situação. Foi por isso que nós, em 19 de julho, apresentámos o requerimento para a gestão controlada de todas as sociedades do Grupo.

Depois, mais tarde, um mês mais tarde, em julho, veio um *default* da Rioforte, logo a seguir à ESI, e também se fez um requerimento e, depois a Espírito Santo Financial Group e a Esfil. Portanto, a primeira vez que tivemos um *default* foi em 19 de junho de 2014.

Respondendo, agora, à sua questão de saber se a ESI não tivesse entrado em insolvência o problema do BES teria existido, eu penso que não. Nós quando fizemos a gestão controlada, esta era baseada, e tínhamos fortes argumentos para a sustentabilidade, para fazer uma reestruturação da dívida, que era o que estava previsto, nessa altura, ou seja, nós íamos reestruturar a dívida da ESI e da Rioforte. Os detentores da ESI passavam a deter dívida ou capital da Rioforte; era um misto entre ambas e, por isso, havia um *right-off* de alguma dívida. Mas este era um processo complexo, porque levava tempo e tudo isto se acelerou muito rapidamente depois da queda do BES no dia 3 de agosto. A seguir ao dia 3 de agosto, perdemos o principal argumento de reestruturar a dívida e de ter alguma sustentação para a continuação das *holdings*, por isso é que elas foram todas, depois, à falência, porque o grande ativo que sustentava as *holdings* era o BES.

Quanto aos nomes do Banco de Portugal para o BES, posso dizer-lhe que foram discutidos numa reunião do conselho superior, em junho de 2014, os nomes que os diversos ramos... isto é, as listas para a comissão executiva do BES.

O Sr. **Presidente**: — Pretende fazer alguma precisão, Sr. Deputado Miguel Tiago?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Agradeço essa informação, mas pergunto-lhe se tem conhecimento dos desenvolvimentos que as vossas sugestões tiveram junto do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Nessa altura, a sugestão, pela maioria, recaía no Dr. Amílcar Morais Pires para CEO. Depois, o que nos foi dito foi que ele não era... que não podia ser o Dr. Amílcar Morais Pires.

O Sr. **Presidente**: — Temos agora as rondas de 3 minutos e começo por dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Acho que não precisarei de utilizar, sequer, os três minutos.

Tenho apenas três perguntas, sendo que a primeira é se já se recorda de quem é que recebeu o dinheiro da Escom e através de que sociedade. Falhas de memória, acho que, toda a gente pode ter, mas uma breve consulta deverá ser suficiente para resolver esse problema.

Portanto, a minha pergunta é: conseguem dar-nos essa informação ou fazê-la chegar? Talvez até perguntar a alguém que saiba, enfim, qualquer coisa que sirva para avivar a memória relativamente a essa matéria.

A segunda questão é a seguinte: tinha conhecimento que, a meio da década de 2000, a ES Control, que era acionista ou que representava uma parcela acionista, deixou de se poder financiar através de operações fiduciárias no Luxemburgo e teve de se financiar através da ESI? Isto é, sabia que esta era uma condicionante e que a *holding* de topo do Grupo já não se financiava nos mercados, mas, sim, através da *holding* que vinha abaixo na estrutura?

A terceira questão prende-se com o seguinte: disse há pouco que a Rioforte teve de se endividar para comprar a Espírito Santo Financial Group à ESI, permitindo à ESI desalavancar, reduzir o seu endividamento e mostrar um balanço bastante agradável ao Banco de Portugal, que, aparentemente, não conseguiu ver longe o suficiente para alcançar a Rioforte.

Pergunto: a quem pediram o dinheiro emprestado para comprar as ações da Espírito Santo Financial Group?

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

No final desta audição mais uma vez constata-se que vários elementos dos órgãos do Grupo parecem querer fugir à responsabilidade solidária a que estão funcionalmente sujeitos. Mas, no entanto, houve aqui uma novidade. Respondendo ao meu colega, Pedro Saraiva, o Sr. Doutor admitiu que a blindagem ordenada pelo Banco de Portugal foi violada.

E, nesse sentido, pergunto-lhe: foi-o deliberadamente? Foi-o por decisão de quem? E espero que, enquanto *chairman*, não mantenha a tese que pareceu assomar, por vezes, no seu depoimento de que foram tudo decisões do contabilista, do Dr. Castella e do Dr. Salgado e que o Sr. Doutor, enquanto *chairman* não conhecia nada e, citando uma entrevista de alguém que fez parte também de um órgão de administração do Grupo, entrava mudo e saia calado! Não queremos acreditar nisso, porque o seu dever legal, enquanto *chairman*, era conhecer essas decisões, designadamente os movimentos de entradas e saídas de capital do Grupo a

que presidia, porque, caso contrário, quase que parece — desculpe o comentário — que a única blindagem que realmente funcionava era a blindagem entre os administradores e entre os elementos dos órgãos de administração do Grupo, porque, pelos vistos, não comunicavam entre si e com isso, agora, parecem querer escapar a essa responsabilidade solidária.

A minha última pergunta, e para terminar Sr. Presidente, vai neste sentido: houve duas visões diametralmente opostas sobre a *governance* do BES e do GES que foram aqui expostas, uma pelo Dr. Ricardo Salgado e a outra pelo Dr. José Maria Ricciardi, e eu gostava de saber qual é a visão que mais se aproxima da sua.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito brevemente, queria apenas confrontar o depoente com três questões.

Uma primeira questão para que o Sr. Doutor nos esclarecesse de vez, porque sabe quais são as consequências de faltar à verdade e nós teremos a oportunidade, nesta Comissão, de apurar a verdade, quando escreve no ponto 12 da sua comunicação inicial que tinha a noção de que havia um relevante endividamento da ESI, que vinha a avolumar-se desde o início da crise de 2008, como se justifica perante as declarações do Sr. Machado da Cruz referindo que desde 2008 o Sr. Doutor sabia que havia omissão de passivo na ESI?

Segunda questão: como é que o Sr. Doutor justifica que nada sabia sobre o BESA quando tem a sua assinatura aposta num documento que refere a manutenção do cargo de presidente da comissão executiva do BES

Angola, o Dr. Álvaro Sobrinho, sem qualquer controlo, depois de terem sido identificados factos e evidências de gestão de ruínosa que provocaram e ainda vão provocar avultados prejuízos para o BES? Isto é, o Sr. Doutor, em 29 de outubro de 2013, assinou um documento onde reconhece que a gestão do Dr. Álvaro Sobrinho se caracteriza por uma gestão ruínosa, que provocou e ainda vai provocar avultados prejuízos para o BES, então, Sr. Doutor, o que é que fez relativamente a essa matéria? Isto porque, sabemos as consequências que vieram a ocorrer!

Do mesmo modo, o Sr. Doutor assinou um documento onde refere que, relativamente à venda da Escom, há um desvio na contabilidade de 85 milhões de dólares contratualmente recebidos e que não figuram nos registos contabilísticos internos.

De igual modo, o Sr. Doutor assina um documento onde protesta contra o recebimento, por parte do Dr. Ricardo Salgado, de vários milhões de dólares a títulos de comissão e consultadoria pessoais. O que é que fez em relativamente a isto?

E, ainda no mesmo documento o Sr. Doutor assina, portanto subscreve, um protesto contra o recebimento de comissões nunca integralmente divulgadas, cuja ação e desempenho teriam contribuído para a imagem externa do Grupo. Relativamente a essas comissões concluo que o Sr. Doutor no conselho superior declarou que aquilo que está naquele documento que assinou está certo, embora o montante esteja errado, porque não foi aquilo que recebeu.

Quero perguntar-lhe o que é que constava na carta, portanto, qual o montante que constava na carta e qual a diferença relativamente ao montante que recebeu. Isto é: o que é que recebeu e o que é que constava no documento que tinha recebido?

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Anjinho.

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Nesta última intervenção, gostaria de me centrar muito claramente no que me parece ser uma divergência ou não divergência de posições entre Banco de Portugal e Ricardo Salgado sobre o plano de recuperação.

E a pergunta é clara: o Sr. Doutor considera que havia, de facto, uma coincidência de fim entre GES e Banco de Portugal, mas com missões diversas? Isto no fundo conduz-se a uma afirmação que aqui foi feita por Ricardo Salgado e que, a meu ver, me leva à minha segunda pergunta, que é: não lhe parece que no quadro do Grupo Espírito Santo eram muito mais claras e conscientes as implicações do destino do GES e a sua contaminação ao BES, do que noutros fóruns, nomeadamente do Banco de Portugal? Aliás, Amílcar Morais Pires disse-nos que, de facto, já tinha alertado para o perigo de declarações que faziam uma separação clara entre o GES e o BES.

Depois, desejo ainda perguntar-lhe se foram, ou não, cumpridas as recomendações do Banco de Portugal. Como é que avalia, como é que entende...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr.^a Deputada, pode fazer o favor de repetir as suas perguntas?

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Eu não me importo de repetir, se for necessário.

Basicamente, as perguntas que lhe fiz têm a ver, na verdade, com uma avaliação do plano de recuperação e, *vis-à-vis*, obviamente, aquilo que foram as determinações do Banco de Portugal e se, à semelhança do que

Ricardo Salgado aqui nos disse, considera que, de facto, havia uma coincidência nos fins que estavam subjacentes ao plano ou às recomendações mas com missões distintas. No fundo, a questão da ligação ou não do GES/BES e muitas das declarações de que o GES é o GES e o BES é o BES!

Pergunto se, no seu entender, foram ou não cumpridas as recomendações do Banco de Portugal. Como é que avalia e entende aquilo que passou a suceder com a colocação da dívida direta do GES junto de investidores institucionais e de retalho? Ou seja, um efeito, a meu ver, perverso do cumprimento formal da ordem do supervisor.

Pergunto, ainda, se tem conhecimento da comercialização de instrumentos GES junto de clientes BES por parte de gestores de conta, contrariando os objetivos de investimento, os mandados de gestão, a natureza dos clientes ou o dever de informação. Tem conhecimento da participação direta de membros de órgãos de administração junto de alguns investidores na colocação de dívida direta do GES?

Houve factos supervenientes extremamente importantes na segunda quinzena de julho de 2014, que alteraram substancialmente o valor das perdas, pondo em causa os rácios de solvabilidade vigentes com as duas cartas conforto e com as operações de colocação de títulos, a consolidação de veículos e demais contingências que foram associadas às emissões do BES detidas por clientes de retalho.

Em relação a isto, muito concretamente, pergunto-lhe se considera ou não estes atos prejudiciais para os interesses do BES e um claro incumprimento das determinações do Banco de Portugal, que proibiam o aumento de exposição ao ramo não financeiro do GES. Isto porque, uma coisa é, obviamente, o cumprimento formal de uma ordem; outra coisa é conseguir obter o efeito que, no fundo, essa proibição pretendia obter, cumprindo formalmente por outra via.

O Sr. **Presidente**: — Sr. ^a Deputada, 3 minutos...!

A Sr.^a **Teresa Anjinho** (CDS-PP): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Perante o que hoje conhecemos ou que se começa a conhecer, a pergunta é muito lógica: prevendo-se a iminência da situação de insolvência, não considera que todos estes atos foram praticados com clara intenção de favorecer certos credores em detrimento de outros, o que configura claramente, a meu ver, um crime de favorecimento de credores? É que esse foi o efeito útil e estou certa de que, com certeza, não ignorará nem poderá ignorar esta situação!

Portanto, pergunto-lhe se me sabe dizer quem foram os beneficiados para que, de alguma forma, eu também possa não só identificar os prejudicados, como perceber um bocadinho melhor tudo o que, efetivamente, se passou nesta última quinzena.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre o conselho de administração da Rioforte, gostava que apenas nos esclarecesse, pois, presumo que seja a pessoa indicada, algumas dúvidas.

Em primeiro lugar, pergunto se era comum a participação do economista chefe do BES nas reuniões do conselho de administração da Rioforte, ou em outros espaços de discussão com a Rioforte, porque isso parece-nos, claramente, um indicador de promiscuidade entre o BES e o GES. Aliás, por exemplo, em 22 de setembro de 2011, houve a indicação da participação do *chief economist* do BES numa reunião do conselho de administração da Rioforte. Como tal, pergunto-lhe quem é que seria, nessa

altura, o diretor-coordenador da Espírito Santo Research e qual o envolvimento dele nessas reuniões.

A 12 de novembro de 2011, há nas atas do conselho de administração a referência ao BESI como instrumento para a colocação do papel comercial da Rioforte, o que contraria algumas notas que aqui já foram deixadas.

Pergunto-lhe, sobre a ata de 5 de dezembro de 2011, qual era a função do Dr. Francisco Machado da Cruz no conselho de administração da Rioforte e, ainda, por que é que a Rioforte decidiu reforçar a posição na MASA, adquirindo 10,3% ao fundo de pensões do BES e qual foi o resultado desse negócio.

Pergunto, também, qual foi o critério que levou a que em janeiro de 2014, já na antecipação de resultados negativos, se aprovassem salários obscenos para dois administradores da Rioforte e, ainda, quais eram os investidores que, como se refere na ata de 7 de julho de 2014, teriam desistido ou que não poderiam vir a participar na capitalização da Rioforte. Quais eram esses investidores? O PDVSA? Ou outros fundos da Venezuela? E quais foram os representantes do BES que transmitiram essa informação, porque, de acordo com o referido na ata, terão sido representantes do BES que a transmitiram?

Sr. Presidente, e porque provavelmente não terei oportunidade de voltar a usar a palavra, relembro apenas aquela questão que lhe coloquei há pouco sobre o passivo da ESI e a importância da sua deteção neste desfecho.

De facto, era importante ter esta resposta para termos uma noção de desde há quanto tempo o esquema de financiamento e de favorecimento de crédito era assegurado aos maiores clientes do BES, que eram também, por sua vez, empresas do GES, para que percebamos que, neste caso, o que gerou o problema foi a falta de saúde de uma das empresas e não a natureza

do esquema, que é usar os depósitos das pessoas para favorecer as empresas do Grupo que integra o Banco em que as pessoas confiam.

Aproveito, ainda, para dar uma nota, Sr. Presidente, que é uma curiosidade, mas com grande relevo político, na minha opinião: uma vez na reunião entre a comissão parlamentar de acompanhamento ao que se chama o plano de assistência financeira a Portugal, e a que chamamos de comissão de acompanhamento à troica, o PCP questionou o representante da Comissão Europeia sobre a escolha em financiar bancos em vez de financiar Estados e a resposta foi, com grande convicção, a de que a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu apenas apoiam e emprestam dinheiro a bancos, porque os Estados não sabem ver onde estão os bons negócios e os bancos, sabem! Está à vista onde estavam os bons negócios!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Tiago.

Sr. Doutor, tem aqui um conjunto significativo de questões a que, tenho a certeza, organizadamente responderá.

Mas antes, temos ainda mais umas questões pela parte do Sr. Deputado Duarte Marques.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há aqui uma coisa que cada vez mais, apesar de ser pouco habitual e ser surpreendente, nos une, em termos de opinião, em relação ao Partido Comunista Português: é que, de facto, os conglomerados mistos proporcionam este tipo de situações e de promiscuidades.

Mas a verdade — e isto não é para distrair ninguém — é que, olhando para o caso do BES e olhando para os depoimentos de todos os administradores e representantes que aqui estiveram, no caso do BES isto

não podia acontecer, porque ficámos com a sensação de que as responsabilidades estavam bastante bem compartimentadas e que ninguém sabia do que acontecia na empresa ao lado.

Portanto, eu acabo por ficar com esta dúvida na tese, porque, de facto, aqui é diferente, mas, mesmo assim, deixava aqui algumas perguntas para o Sr. Doutor.

Pergunto-lhe: para que servia, de facto, o conselho superior do Grupo quando, afinal, parece que só começou a discutir o Grupo desde dezembro?

Na estrutura do Grupo Espírito Santo, e naquela que é a prática de *governance* do Grupo, quais eram de facto as funções de um *chairman* de uma empresa ou do presidente? Porque, no caso da Rioforte e no caso do que aconteceu com a PT, não nos parece normal que o presidente da empresa não soubesse o que aconteceu com a PT ou com o empréstimo que teve da PT.

Também não nos parece normal que, neste Grupo, o CFO, no caso do BES, não tenha a gestão da contabilidade, e esta é uma dúvida clara que se coloca.

Gostava, também, de ter a sua opinião sobre se o Dr. Ricciardi, que foi administrador responsável pelo risco durante tantos anos, de facto, exercia a função ou não, se tinha ou não responsabilidades e se as exercia.

Outra questão que gostava de lhe colocar era a seguinte: Sr. Doutor, no caso Machado da Cruz o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão já lhe perguntou, e lembrou-o que não pode, de facto, mentir a esta Comissão e não pode fugir à verdade, e eu gostava que repetisse se confirma que nada sabia sobre esta questão e se contraria aquilo que veio a público do relato de Machado da Cruz, ou seja que V. Ex.^a não sabia, de facto, que as contas tinham sido adulteradas e se desmente que foi avisado.

Pergunto-lhe: era possível que isto acontecesse no Grupo sem que o Dr. Ricardo Salgado soubesse? Alguém lhe pediu, alguma vez, para

proteger o contabilista? Ou houve alguma estratégia de responsabilizar apenas o contabilista como responsável de todo este processo.

Termino com a seguinte pergunta: pelas audições que já fizemos já percebemos que vários acionistas ou responsáveis, membros do conselho de administração de várias empresas do Grupo, ao que parece, limitavam-se a uma representação passiva nesses conselhos de administração.

V. Ex.^a pode dizer-me que é verdade e confessar que estava neste Grupo, porque era acionista, e que, de facto, quem mandava em tudo era o Dr. Ricardo Salgado, não assumindo, desta forma, a sua responsabilidade solidária por fazer parte do conselho de administração? Ou, de facto, tinha uma posição ativa nos cargos que desempenhava e, por isso, é responsável por aquilo que aconteceu, de forma solidária?

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra para responder.

O Sr. Dr. Manuel Fernando Espírito Santo: — Vou responder, em primeiro lugar, às perguntas da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

Quanto à pergunta sobre se me recordo de quem recebia o dinheiro da Escom, a resposta é não. Não me lembro!

A segunda pergunta era se eu tinha conhecimento de que a Espírito Santo Control tinha sido financiada através da ESI, na altura, eu não sabia vim a saber mais tarde nos conselhos da Espírito Santo Control. O que se passou foi que houve uma altura em que a Espírito Santo Control foi fazer empréstimos junto de clientes do Banque Privée e descobriu-se que não se podia fazer esses empréstimos fiduciários e foram substituídos pela ESI. Aliás, penso que relativamente ao montante estaremos a falar em cerca de 190 milhões de euros.

Respondendo à questão sobre o endividamento da Rioforte, o preço total da compra da Espírito Santo Financial Group foram 2300 milhões de

euros e a Rioforte teve de pagar cerca de 1,4 à ESI, porque a ESI, na altura dessa operação, devia à Rioforte cerca de 900 milhões de euros. Como tal, isso entrou em conta e nós emitimos dívida. A Rioforte tinha um programa de papel comercial e tinha, também, um papel chamado *euro medium term* Notes e foi nessa base que foi feito o financiamento, penso eu!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — A pergunta mantém-se: quem eram os credores?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Os credores não sei, porque nós não conhecemos muitos dos credores finais à exceção dos grandes institucionais, porque a dívida, geralmente, é distribuída através dos bancos, dos agentes financeiros, e nós não temos conhecimento de quem são os clientes finais, a não ser em casos excepcionais, como no caso da PT ou de outros dessa dimensão.

Relativamente às questões do Sr. Deputado Carlos Abreu Amorim, sobre a violação da blindagem, eu não me recordo de ter dito que tinha sido violada a blindagem, nessa altura...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Fiquei com essa sensação!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Foi? Então, mas não foi isso; a exposição aumentou, mas...

Em relação à *governance* e às duas versões, eu gostaria de clarificar um bocadinho a questão sobre a versão do José Maria Ricciardi e do Dr. Ricardo Salgado sobre a *governance*, mas se me pudesse esclarecer a sua pergunta, por favor...?

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Se o Sr. Presidente me der licença, é o seguinte: por um lado, o Dr. Ricardo Salgado veio dizer que não conhecia muitas das decisões que eram tomadas por outros administradores e que nem sequer nelas participava; por outro lado, o Dr. José Maria Ricciardi e, já agora, o Dr. Queiroz Pereira, logo a seguir, disseram que o Banco Espírito Santo era Ricardo Salgado e Ricardo Salgado era o Banco Espírito Santo e que nada se fazia sem a sua participação ou conhecimento!

Portanto, são dois modelos opostos.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Já entendi, Sr. Deputado, muito obrigado.

Realmente, o Dr. Ricardo Salgado era um líder do Grupo, carismático, embora não tivesse a responsabilidade da Rioforte. Isto é, ele não conhecia as áreas operacionais da Rioforte a não ser da informação que recebia e que, naturalmente, nós providenciávamos.

Agora, a nível de Grupo, de todas ou quaisquer grandes operações, com certeza que passava tudo sempre pelo Dr. Ricardo Salgado, porque nós próprios íamos falar com ele, porque era uma forma de...

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Filipe Neto Brandão acerca das declarações do Dr. Francisco Machado da Cruz, como já disse aqui várias vezes, eu não tinha conhecimento das omissões desde 2008; tivemos conhecimento em dezembro de 2013!

Eu conheci o Dr. Francisco Machado da Cruz, porque ele estava no *board* da Rioforte e houve uma altura em que ele trabalhava também no Espírito Santo Plaza, em Miami. Falávamos e ele, muitas vezes, expressava a sua preocupação sobre como é que iríamos resolver o problema do endividamento do Grupo, ao que eu respondia: temos de vender ativos! Por isso, tínhamos conversas informais.

Quanto à sua questão sobre o protocolo, penso que já aqui a discutimos bastante, mas não sei se o Sr. Deputado quer mencionar algo em específico do protocolo.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Sr. Doutor, quero confrontar a sua assinatura neste protocolo, nomeadamente a referência que se encontra no protocolo — portanto, com a sua assinatura é uma afirmação sua —, relativa ao BESA, de que foram identificados factos e evidências de gestão ruínosa que provocaram e ainda vão provocar avultados prejuízos para o BES.

Pelas suas declarações de há pouco parecia que nada sabia sobre o BESA, mas, afinal, até sabia bastante.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Isso foi, principalmente, porque vinha muita informação do Dr. José Maria Ricciardi e a informação também era pública, porque já sabíamos, nessa altura, que havia problemas no BESA — aliás, mesmo nas reuniões do conselho de administração do BES, de que eu ainda fazia parte como não executivo, eram apresentados os números do BESA e, por isso, via-se que havia uma derrapagem gradual.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente, por interromper de novo, mas a pergunta é muito clara e a resposta não o é! Lamento!

É que eu não estou a falar de derrapagem; estou a falar de evidências de gestão ruínosa. Como o Sr. Doutor sabe, eu ainda não lhe imputei a si qualquer responsabilidade por gestão ruínosa do BES, apesar dos resultados terem sido, como sabemos, ruínosos.

A gestão ruínosa é outra coisa! Portanto, o Sr. Doutor refere-se a factos e evidências de gestão ruínosa do BESA; não é só saber que houve prejuízos, porque isso, de facto, é público.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Eu não acompanhava as operações do BESA. Esse foi um protocolo assinado consoante a veracidade que nos foi dita por um membro do conselho que conhecia muito bem a situação.

Em relação às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Teresa Anjinho sobre a divergência entre o Banco de Portugal e Ricardo Salgado sobre a separação do BES e do GES e sobre se houve violações às determinações do Banco de Portugal, posso dizer-lhe que, no meu entender, não houve, mas eu não sei quais eram as conversas que o Dr. Ricardo Salgado tinha com o Banco de Portugal.

Quanto à questão de saber se havia colocação de dívida em clientes BES, eu sei que havia colocação — aliás, esse foi um dos problemas — de dívida da ESI no retalho; e não só da ESI, mas inclusive da Rioforte, quanto ao resto não sei, isso tem de ser no âmbito do próprio Banco Espírito Santo, porque eu não me posso pronunciar sobre essa matéria.

Perguntou, ainda, se houve alguns atos praticados no BES de intenção de proteger credores, posso dizer-lhe: que eu tenha conhecimento, não. Mas isso tem de perguntar ao BES, porque isso não cabe no meu âmbito. Peço desculpa.

Respondendo, agora, às questões do Sr. Deputado Miguel Tiago, quero dizer-lhe que, no conselho de administração da Rioforte de 22 de setembro de 2011, foi convidado o economista chefe do Banco Espírito Santo. Esta foi a única vez que nós o convidámos e era uma prática normal. Nós tínhamos quatro reuniões por ano: duas em Lisboa, uma no Luxemburgo e uma em São Paulo e quando íamos a São Paulo

convidávamos o economista chefe do Bradesco para falar sobre a situação do Brasil e da América do Sul e dos mercados onde estávamos presentes.

Assim, achámos boa ideia, principalmente para os nossos administradores independentes — um americano e outro português, mas principalmente o brasileiro — terem uma visão dos problemas que Portugal estava a atravessar, principalmente com o programa da troica. Foi nesse contexto que o convidámos, porque era uma pessoa que conhecíamos e que convidámos para que viesse explicar o que era o programa da troica que tinha sido implementado em Portugal.

Sei quem é, mas agora, de momento, escapou-me o nome!... Havia um só: só foi um...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Naquela altura, não era o Dr. Miguel Frasquilho?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não, não me recordo se era.

Sobre a colocação do papel comercial do BESI, o papel comercial e as *medium term notes* eram, geralmente, emitidas pelos bancos e, depois, colocadas pela sua rede de distribuição. Era assim que funcionava, nessa altura, por isso, eles eram chamados os agentes de colocação do papel comercial e das *medium term notes*, que era a forma de financiar.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Mas o BESI desempenhava uma posição de banco líder, digamos assim, nessa colocação.

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Para lhe dizer sinceramente não sei se o BESI era o agente para o papel comercial ou para os *medium term notes*...

Depois havia o Banque Privée que era agente para um dos programas; aquilo eram programas... Mas eram eles como banco de investimento que tinham, obviamente, todo o *know-how* para fazer esse tipo de colocações.

Quanto a Francisco Machado da Cruz na Rioforte, ele não tinha funções, ou melhor, era administrador não executivo, mas estava também no comité de auditoria — que era composto pelo presidente, o Dr. Carlos de Melo Ribeiro, o Dr. Francisco Machado da Cruz e um terceiro membro da Ernst & Young — e a sua participação nos conselhos de administração era como membro não executivo e dava a sua contribuição com as críticas que pudesse fazer.

Sobre o que saiu quanto aos salários dos administradores da Rioforte, penso que essa é uma distorção, porque eles recebiam grande parte do seu salário em Portugal e, depois, passaram a receber parte do salário também na Rioforte Investments do Luxemburgo, devido á sua própria natureza, porque ela não tinha nenhuma atividade lá, tínhamos apenas um escritório de representação, e eles decidiram receber lá uma parte do salário. Obviamente que houve um aumento, mas não me lembro bem qual é que foi.

Relativamente aos investidores que desistiram, foi a PDVSA, em julho de 2014.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Que, afinal, não iriam entrar...

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Exatamente!

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — E quais foram os representantes do BES que facultaram essa informação?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Isso foi-nos indicado, nessa altura, por, não sei se, o representante na Venezuela do BES, ou se foi o Dr. Ricardo Salgado que nos informou que a PDVSA já não ia entrar.

Passando, agora, às questões do Sr. Deputado Duarte Marques sobre para que servia, afinal, o conselho superior do GES, diria que o conselho superior do GES era, basicamente, representante dos acionistas principais da Espírito Santo Control, onde havia um acordo parassocial a fim de tomar deliberações em conjunto e em termos estratégicos.

Acho que a sua pergunta é mais sobre se, afinal, funcionava ou se era apenas uma coisa que...! Durante muito tempo funcionava no sentido de que era muito um órgão de informação e algumas das grandes decisões estratégicas de aquisição, que podiam afetar os capitais do Grupo, eram decididas a nível do conselho do Grupo, ou melhor elas eram sempre decididas a nível dos órgãos das sociedades e, depois, remetidas ao acionista principal.

Agora, depois de 2011, com a entrada de novos membros, entra uma nova dinâmica dentro próprio conselho superior, uma vez que eu, até aí, era o mais jovem dos membros e, depois, como dizia, entram membros que se equiparam muito a mim e, por isso, há uma nova dinâmica e, geralmente, uma pessoa quando entra numa sociedade faz as suas perguntas.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Mais efetivo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Mais efetivo, exatamente!

Quanto ao *chairman*, depende! Aqui o *chairman* é aquele *role* anglo-saxónico que supervisiona, basicamente, e é responsável pela boa supervisão do conselho de administração, da sociedade e dos seus órgãos de acompanhamento.

Eu, como *chairman* da Rioforte, e porque conhecia muito das áreas operacionais, acompanhava, em termos não executivos, todo o desenvolvimento, mas toda a decisão executiva era da comissão executiva. Obviamente que, depois, tínhamos conselhos de administração onde todos os temas e todas as decisões em termos de investimentos, desinvestimentos, quaisquer que elas fossem, eram amplamente debatidas no órgão do conselho de administração da Rioforte.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Como é que é possível que não soubesse da história da PT?!

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Vamos lá ver: eu não estou a dizer que não soubesse; eu não lidava, no dia-a-dia, com a área financeira, mas soube que a PT tinha feito um investimento na Rioforte. Isso, eu soube!

Relativamente ao CFO não ter a contabilidade do BES e o Ricciardi a área do risco e se ele a executava: não sei, porque eu não estava lá no dia-a-dia. O CFO não ter a contabilidade, essa foi uma decisão entre o Dr. Ricardo Salgado e o Dr. Amílcar Morais Pires e o Dr. José Maria Ricciardi. Eu não me posso pronunciar, porque raramente via o Dr. José Maria Ricciardi, uma vez que as nossas vidas eram totalmente opostas e eu não acompanhava... Lembro-me que ele fazia parte do risco juntamente com o Dr. Joaquim Goes, e, depois, quando se levantou todo este problema todo, quem lidava com o Grupo era o Dr. Joaquim Goes.

O Dr. Joaquim Goes — que, penso, vai vir aqui — era quem lidava e quem acompanhou, junto do Banco de Portugal, toda a temática do Grupo.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — E fico na dúvida de qual é o papel do conselho de administração... Se não os via, se estava lá pouco, qual é, então, a função de um membro não executivo?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desculpe, eu era não executivo no conselho de administração e eu ia quatro ou cinco vezes aos conselhos de administração; vi as apresentações, mas quem falava sobre o risco... Bem, o risco nem era normalmente apresentado no conselho de administração: era-o na comissão executiva.

O Sr. **Duarte Filipe Marques** (PSD): — Tinha uma participação do tipo do Dr. Godinho de Matos?... Que limitava-se a ir e a sair...!?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não faço comentários! Quem acompanha o dia-a-dia é a comissão executiva, como sabe.

Sobre a questão de se era possível o Dr. Francisco Machado da Cruz ter alterado as contas sem ninguém saber, isso é algo que tem de lhe perguntar a ele! Isso é algo que está sob investigação no Luxemburgo.

Sobre se alguém me pediu para responsabilizar Machado da Cruz... Ninguém me pediu para desmentir, que eu saiba!...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Filipe Neto Brandão tinha uma precisão para fazer.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Não é uma precisão, Sr. Presidente, é recordar que uma pergunta muito concreta não foi respondida e que...

O Sr. **Presidente**: — Exatamente! Para precisar que a pergunta não foi respondida!

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Obrigado pelo preciosismo, Sr. Presidente!

Sr. Doutor, o que há pouco disse é que o confrontei com as suas declarações na reunião de 7 de novembro de 2013 quando referiu, e cito: «aquilo que lá está na carta do meu recebimento está certo, embora o montante errado, porque não foi aquele que recebi».

Portanto, pergunto: qual era o montante que constava, qual foi o montante que recebeu, bem como qual foi a razão da recusa, presumindo eu que seja apenas — como refere — uma diferença de montante. O que é que lá constava, o que é que recebeu e qual era a diferença?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Houve uma pequena divergência e o montante que foi retribuído, nessa altura, não vinha só do negócio dos submarinos; houve outro montante que também foi extraordinário a nível de Grupo e era essa... Não sei de onde é que vem! Mas não foi... Por isso, era essa divergência em termos de montantes que não estavam certos. Percebe?

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Percebo que não se recorde do montante que constaria da carta, porque a referência que faz é que: «o recebimento não está certo, porque não foi aquele que recebi».

Agora, o que pergunto é: qual foi o montante que recebeu? Porque desse lembra-se; tanto que se lembrava, que não quis assinar o outro que constava da carta... Que montante é que recebeu?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não tenho aqui os dados, Sr. Deputado, mas posso fazer chegar essa carta, porque eu já não sei...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Miguel Tiago, para fazer as suas precisões, faça favor.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Gostava só de relembrar que a questão sobre a aquisição ao fundo de pensões do BES, de capital da Monteiro Aranha, não foi respondida. Qual foi o desfecho, qual foi o resultado dessa aquisição?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Desculpe, Sr. Deputado, pode repetir a questão, por favor?

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — A Rioforte adquire ou, melhor, reforça a sua posição na Monteiro Aranha em maio de 2013, comprando ao fundo de pensões do BES as participações que tinha na MASA. Qual foi o resultado dessa operação para a Rioforte?

O Sr. Dr. **Manuel Fernando Espírito Santo**: — Não lhe sei dizer o resultado específico em termos de resultados dessa operação. Isto é, quanto é que custou, quanto é que foi o desembolso... Não lhe sei dizer, neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Manuel Fernando do Espírito Santo Silva, muito obrigado, pela sua colaboração com os nossos trabalhos.

Srs. Deputados, retomamos os nossos trabalhos pelas 15 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 13 horas e 40 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.